MOSAICO

BASTA!

4

ABRIR AS PORTAS
DA UNIVERSIDADE
PARA O POVO...

revista do

Diretório

Central dos

Estudantes da U.M.G.

av. afonso pena, 759 — 4.º andar

belo horizonte

GESTÃO 1960/61

presidente — guilherme bonaccorsi

1.º vice-presidente — élcio costa couto

2.º vice-presidente — pedro nunes vieira

secretário — hugo de aguiar

2.º secretário — fernando guedes de mello

tesoureiro — carlos antônio goulart leite

MOSAICO/ 4

maio de 1961

diretor: vinicius josé caldeira brant

redatores: theotônio dos santos júnior, ivan de otero ribeiro, herbet josé de souza, gilson assis dayrell, fernando guedes de mello, warton monteiro, g. a. de almeida, antônio octávio cintra, simon schwartzman e vinícius josé caldeira brant.

desenhos: amaury guimarães de souza.

a matéria constitui responsabilidade conjunta da direção e do corpo redatorial da revista.

E, EM TÔDA
PARTE, LUTAR
POR AQUILO
QUE É DO
POVO...

caro leitor,

a história do brasil é uma história de lutas contra a opressão, contra a espoliação, contra o domínio de alguns homens sôbre o povo. essa história de lutas ainda não terminou. pelo contrário, ela recomeça a cada momento e a tôda hora se refaz da consciência de que estamos cercados de novas formas de opressão, surge a motivação dêste número de MOSAICO. mais uma vez, impõe-se *conhecer para agir*.

o diretor.

PEQUENA

HISTÓRIA

DO

BRASIL

PARA

ADULTOS

Nela, até agora, não podemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos. Porém, a terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados, como os de Entre Doiro e Minho, porque neste tempo de agora os achávamos como os de lá.

Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem.

Porém o melhor fruto, que dela se pode tirar, me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar.

PERO VAZ DE CAMINHA.

E assim é que, estando as casas dos ricos (ainda que seja à custa alheia, pois muitos devem quanto têm) providas de todo o necessário, porque têm escravos, pescadores e caçadores que lhes trazem a carne e o peixe, pipas de vinho e de azeite que compram por junto, nas vilas muitas vêzes não se acha isto de venda. Pois o que é fontes, pontes, caminhos e outras coisas públicas, é uma piedade, porque, atendo-se uns aos outros, nem um as faz, ainda que bebam água suja e se molhem ao passar os rios ou se orvalhem pelos caminhos, e tudo isso vem de não tratarem do que há cá de ficar, senão do que hão de levar para o reino.

FREI VICENTE DO SALVADOR.

ERA UMA VEZ

Tudo isso sai do sangue e do suor dos tristes índios, aos quais trata como tão escravos seus, que nenhum tem liberdade nem para deixar de servir a êle e nem para poder servir a outrem. (...) Primeiramente, nenhum dêstes índios vai senão violentado e por fôrça, e o trabalho é excessivo, e em que todos os anos morrem muitos, por ser venenosíssimo o vapor do tabaco: o rigor com que são tratados é mais que de escravos; os nomes que lhes chamam e que êles muito sentem, feíssimos; o comer é quase nenhum; a paga tão limitada que não satisfaz a menor parte do tempo nem do trabalho...

PADRE ANTONIO VIEIRA.

... e foi concorrendo de várias partes tanta gente vil, que em breves instantes se viram cheias a praça e as ruas vizinhas a ela. O governador, vendo aquêle ajuntamento, pediu uma espada e uma rodela, intentando castigar aquela turba com os seus criados, oficiais e soldados da guarda; mas, advertido a se não expor a algum desastre, se absteve, mandando dizer se recolhessem a suas casas e lhe expusessem a sua pretensão por súplica e não com violência. Respondeu o povo, pelo seu juiz, que era o intérprete dos recados e respostas, que ali se juntara para se não recolher sem que se derrogasse ou suspendesse a ordem da nova imposição, que não queriam aceitar, como também a maioria do preço do sal que se havia acrescentado no ano antecedente de quatrocentos e oitenta a setecentos e vinte réis.

SEBASTIÃO DA ROCHA PITTA.

UMA COLONIA...

Teve o Brasil, no Norte e no Sul, movimentos que encheram as páginas de nossa história de heróis e de glórias. Nenhum, porém, excedeu o exemplo, o ensinamento, o martírio do dos Inconfidentes. Êstes que hoje celebramos, nos ensinaram que o temor à liberdade é uma covardia e ao futuro o pior dos medos. Ensinaram-nos ainda que não devemos vacilar entre a velha e a nova ordem, entre a mentalidade colonial e a mentalidade autênticamente nacional.

OSWALDO ARANHA.

... UM POVO QUE

ABRIL

21

SE QUERIA LIBERTAR

OUVIRAM DO IPIRANGA AS MARGENS PLÁCIDAS
DE UM POVO HERÓICO O BRADO RETUMBANTE,
E O SOL DA LIBERDADE, EM RAIOS FÚLGIDOS,
BRILHOU NO CÉU DA PÁTRIA NESTE INSTANTE.

UM BRADO DE

SETEMBRO

7

EMANCIPAÇÃO...

Fatalidade atroz que a mente esmaga!
Extingue nesta hora o brigue imundo,
O trilho que Colombo abriu nas vagas,
Como um íris no pélago profundo!
Mas é infâmia demais!... Da etérea plaga
Levantai-vos, heróis do Novo Mundo!
Andrada! arranca êsse pendão dos ares!
Colombo! fecha a porta dos teus mares!

CASTRO ALVES.

...UM GRITO DE

MAIO

13

LIBERTAÇÃO . . .

e, no entanto, nosso povo continua escravo

desenvolvimento: e o povo?

A FORMAÇÃO COLONIAL
A SOCIEDADE NACIONAL
O CARATER DO DESENVOLVIMENTO
CONTRADIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO
AS CLASSES SOCIAIS
IDEOLOGIAS DE CORREÇÃO DO DESENVOLVIMENTO
AUSÊNCIA DE VISÃO CIENTÍFICA
A NOVA FASE
A ACUMULAÇÃO E A BURGUESIA FINAICEIRA
A SOLUÇÃO CAPITALISTA
PROBLEMAS A RESOLVER

ALIENAÇÃO SOCIAL

1. A FORMAÇÃO COLONIAL

Para entendermos a realidade social de nossos dias temos que nos voltar para a sua evolução histórica. E' através do processo único da história que o homem se faz, e o homem de hoje é o homem de ontem feito hoje. Não podemos pensar o presente senão como um processo que vem do passado e vai para o futuro. E' neste momento, em que constatamos as direções básicas do processo que vivemos, que nos inserimos como fôrça criadora dentro dêste processo. Queiramos ou não, somos parte dêle e só como tal podemos atuar. Se o estudante pretende, pois, ser uma fôrça criadora na nossa realidade, terá sobretudo de conhecê-la e de participar dela ao lado de todos que a vivem.

Nossa formação teve um caráter básico, a alienação. Isto quer dizer que o homem brasileiro nunca teve oportunidade de se realizar integralmente, de se auto-determinar. Isto foi o resultado de uma situação objetiva que separava o homem brasileiro dos instrumentos de decisão final sôbre o seu destino. Isto porque a sociedade brasileira surgiu històricamente como um apêndice da sociedade européia; como uma economia que deveria produzir os produtos de exportação para o mercado internacional, cuja matriz era a Europa. Esta produção se fazia com o caráter meramente especulativo e sua base interna era a escravidão. Dada esta escravidão que alijava a grande maioria da população de qualquer participação da vida econômica como consumidores, não se podia formar um mercado interno no Brasil. Tanto o povo escravo era alienado ao senhor de engenho como êste era alienado ao comércio internacional e aos que compravam suas mercadorias. Tínhamos portanto um escravocrata, um nobre, um patriarca. A estrutura familiar rígida, dominada pela figura do patriarca, os preconceitos de nobreza, o apêgo à terra, e a conse-

qüente ausência do espírito empresarial típico da burguesia que então transformava o mundo.

Surge mais tarde a exploração do ouro nas Minas Gerais. Com ela, não se alterou o regime escravo, mas surgiram novas camadas sociais com novas atividades econômicas. Temos a formação de centros urbanos, temos o artezanato deslocando-se das fazendas para a cidade e adquirindo vida própria. Temos um mercado urbano mais desenvolvido e um precário sistema de estradas se esboçando. Temos, por fim, uma classe média intelectual (poetas, escultores, músicos, juristas, padres intelectuais, etc.) e os ideais de independência, que atingiam mesmo os exploradores do ouro, uma vez que êstes eram obrigados à divisão de seus lucros com o govêrno português (impôsto do quinto).

Outro fenômeno importante na nossa vida colonial é a vinda da Côrte portuguêsa para o Brasil. Com ela, veio tôda uma vida de côrte, uma camada média da população, um fortalecimento da vida urbana e o esbôço de uma administração nacional. Ela garantirá a independência, que significava sobretudo a eliminação do intermediário português nas nossas relações internacionais que, em última análise, eram com a Inglaterra, então centro econômico do mundo ocidental. A independência traz a ligação da classe dominante brasileira com um centro econômico mais dinâmico.

E' nesse período que surge a cultura do café. Já tínhamos um Brasil mais urbanizado, com um mercado interno mais desenvolvido. Por outro lado, a cultura do café exige relações de produção mais próximas do capitalismo, o que conduzirá à substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado de tipo servil. Devemos ver aí a mão dos interêsses inglêses, que precisavam colocar os seus produtos manufaturados onde o assalariado pudesse comparecer ao mercado. A burguesia que se forma com o café traz para a vida do país um caráter mais dinâmico. Seus grandes representantes são também exportadores ou associados a êles e sua nobreza já não é mais tão assentada na terra, mas, também, nos sobrados urbanos dos grandes centros exportadores. Dado o caráter mais nacional que o Brasil tomava, o Estado passa a ser instrumento básico desta burguesia que

realizava uma política de classe no Estado Brasileiro, inteiramente à sua mercê, através do financiamento dos estoques de café. A burguesia do café dominava politicamente a nação através da política dos governadores.

Mas, formava-se ao mesmo tempo uma classe média nas cidades (funcionários, militares, intelectuais, pequenos proprietários, artezãos, pequenos industriais e manufaturas). Essa camada média vinha há muito se revoltando contra a sua ausência no Estado Brasileiro. E' quando a política do café chega ao seu auge, na crise de 1929, que se realiza a revolução de 30, com o acesso das camadas médias ao poder. Um novo Estado surgirá daí, com o caráter de amálgama de classes, o que analisaremos posteriormente. O que nos cabe destacar agora é que se criaram condições políticas para, através das dificuldades de importação de bens de consumo durante a crise de 29, fortalecer a indústria nacional e deflagrar o nosso processo de industrialização, que seria ainda mais acelerado com as dificuldades de importação criadas pela 2.ª Guerra Mundial, no período de 39 a 45. A economia brasileira desloca-se assim do setor agrário para o setor industrial e através da acumulação constante dêste processo vamos ver as portas abertas para uma nova sociedade brasileira.

2. A SOCIEDADE NACIONAL BRASILEIRA

Com o surgimento e desenvolvimento da industrialização no Brasil vemos surgir, em apenas 2 ou 3 décadas, um novo Brasil, que superou todos os quadros esboçados pelo seu pensamento. Neste período, a realidade brasileira superou os seus homens e a consciência que tinham desta realidade. E vamos assistir a um novo tipo de alienação, de desencontro do homem brasileiro consigo mesmo, que se revela na gigantesca base material erguida neste país e no caráter històricamente atrasado de sua consciência e de suas instituições. De uma realidade de cúpula, limitada à circulação de uma elite restrita, caminhamos para uma viva realidade popular. As chamadas elites, que comandam ou são comandadas por êste processo gigantesco, mostram-se incapazes de determinar e compreender a dinâmica realidade que atravessamos.

De um Brasil agrário passamos para um Brasil industrial, até 55, produtor essencialmente de bens de consumo, de 55 a 60 passando a produtor de bens de produção. De um pais desconectado e desestruturado, cuja única ligação nacional era feita através dos laços familiares e econômicos de um pequeno grupo dominante, a uma vibrante realidade nacional. De um arquipélago de oligarquias que garantiam o poder da cúpula, a uma vibrante direção populista que quebrou todos os esquemas tradicionais de dominação, transformando o dinheiro e a simpatia, através da propaganda personalista, nos mais importantes instrumentos eleitorais. Mas sobretudo, de uma sociedade mercantil, com uma restrita e desocupada classe média, para uma sociedade industrial marcada pela presença preponderante de um proletariado atuante e reivindicador, uma burguesia industrial e financeira dinâmica e uma classe média cada vez maior, em busca de função social.

3. CARATER DO DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento trouxe uma euforia coletiva e uma expansão de todos os setores da vida nacional. Tôdas as classes e grupos sociais, com exceções quanto ao papel que ocupavam na correlação global de fôrças, viram-se beneficiadas pelo processo de expansão das fôrças produtivas no Brasil. Isso permitiu uma política de aliança de classes que durou todo êste período. Sua manifestação no plano político foi aquilo a que se chamou o Estado amálgama. O Estado Brasileiro procurou durante todo êste processo atender as reivindicações e os interêsses de tôdas as classes. Mesmo daquelas que, como os fazendeiros do café, perdiam pouco a pouco a liderança nacional, vendo o poder lhes escapulir da mão e tendo de se sujeitar cada vez mais à proteção do Estado. Mas êste processo nada teve de doloroso, na medida em que o fazendeiro do café se transmudava em industrial e investia seus lucros nas cidades. O aspecto político do Estado amálgama é estudado no artigo sôbre a alienação política; cabe-nos aqui analisar esta política de aliança do ponto de vista sócio-econômico. O primeiro fato a assinalar é que tal aliança constituia uma ilusão. Todo o

seu processo tinha um comando escondido: era a mão da alta burguesia industrial e financeira que o dirigia em seu interêsse e concentrava pouco a pouco a sua fôrça até chegar à fase atual, em que dispõe de absoluto contrôle de nossa economia, de nossa sociedade e de nossa política. Até êste momento, dado o desenvolvimento insuficiente da indústria, não dispunha de fôrça para uma desbragada política de classe. Diante disso, procurou assumir o contrôle das várias classes e grupos através de um sutil mecanismo de concessões. Mas essas concessões resultavam sempre, em última análise, no aumento da concentração capitalista, no fortalecimento da indústria e do movimento financeiro. Até que ponto êste processo foi consciente é impossível determinar. Mas, episòdicamente, essa consciência se manifestava tôda vez que a contradição de interêsses se apresentava em tôrno da destinação das divisas, da política de importação, dos créditos, dos destinos dos investimentos, do papel do Estado como investidor. E não há dúvida de que, neste período de afirmação, a burguesia industrial representou o interêsse global do país e a lógica inflexível do desenvolvimento econômico. Mas, sentimos aí a grande ironia da história. Na medida em que as burguesias industrial e financeira realizavam o interêsse de todos através do desenvolvimento econômico, transformavam êste desenvolvimento na dominação de um grupo sôbre todo o povo. E ao se realizarem, ao se estabelecerem como grupo beneficiário de tôda vida econômica, ao se fortalecerem como classe dominante, abriam uma nova contradição histórica que as levará à destruição: a contradição entre o capital e o trabalho. Esta parte será estudada nos próximos tópicos.

4. AS CONTRADIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Uma primeira e importante contradição se estabeleceu durante êste período — a contradição regional. Todos os capitais se concentravam em São Paulo, pois era êste centro industrial que oferecia as melhores perspectivas para o emprêgo do capital e os lucros que êle sempre procura. A pauperização do Nordeste e outras regiões, ao lado do cresci-

mento espantoso de São Paulo e de algumas concentrações urbanas, foi possível sobretudo através de uma aliança de cúpula com os latifundiários do Nordeste. Para isto foram usados os órgãos federais como o Departamento de Obras Contra a Sêca (vejam-se as denúncias de Antônio Calado *in* "Os industriais da sêca e os galileus de Pernambuco"), as esperanças da energia do Vale do São Francisco, as atrações especulativas de Brasília, etc. O estado de dominação foi mantido enquanto surgiam as estradas, as construções, etc., que empregavam mão de obra desocupada e aliviavam as contradições no Nordeste e nas outras regiões.

5. AS CONTRADIÇÕES NO SETOR AGRÁRIO

O campo se descapitalizava. Ninguém investe no campo. Tôdas as suas rendas vão para os bancos, que as empregam na cidade. O proprietário de terras contrata capatazes, divide com meeiros, etc., e se mantém na cidade, onde investe ou esbanja lucros. A necessidade de dinamizar a vida rural diante das novas demandas de alimentos não foi atendida. O que importava era sobretudo o lucro. E êste vinha com ou sem aumento da produção. De 1955 a 1959 o volume físico da produção agrícola aumentou na ordem de 18% (incluindo os produtos de exportação, café, algodão e cacau, que têm garantias de absorção pelo Estado), enquanto o valor das safras duplicou, conforme se vê do quadro abaixo, extraído do Relatório do Banco do Brasil, 1959, pág. 145:

PRODUÇÃO AGRÍCOLA — *Valor e volume*

Índice — 1955 = 100

Anos	*Valor*	*Volume*
1955	100	100
1956	109	104
1957	136	112
1958	147	114
1959 (*)	189	118

(*) Dados sujeitos a retificação.

O latifúndio foi mantido através da política de alianças e, apesar de tôda a concentração de capital nas cidades, os proprietários agrícolas pouco sofreram, pois as baixas condições de vida do campesinato permitiram que não se invertessem novos capitais e a garantia de preços elevados não exigiu o aumento de produção, enquanto a alta concentração de terras não permitia a concorrência.

Mas, durante êste tempo, cresciam a indústria alimentar e as organizações de monopólio: os trustes dos frigoríficos, das conservas, etc. E o que podemos ver é que os proprietários agrícolas estão cercados por três lados: de um lado, pelo financiamento dos bancos; de outro, pelo monopólio do mercado e, por fim, pela miséria dos camponeses, que despertam em contato com as cidades e entram numa fase de politização, embora lenta. Só resistem a esta pressão os grandes proprietários que se tornam os verdadeiros aliados da alta burguesia, isto quando não são êles próprios os capitalistas. Cresce assim a concentração de terras no Brasil, conforme podemos ver pela relação entre o censo de 40 e 50 (e cujo estado em 1950 encontra-se em quadro no artigo sôbre "Aspectos da Estrutura Agrária").

Temos, de um lado, um número mínimo de proprietários rurais, de outro, a massa faminta de camponeses que representava 63% da população ativa do Brasil em 1950, isto é, 11.616.200 trabalhadores rurais e suas famílias. E, se quisermos aquilatar a baixa produtividade desta atividade, lembremos que no mesmo ano de 1950, ela representou sòmente 35% do valor total da renda nacional, apesar do pêso de sua população ativa no total da mão de obra nacional.

Devemos estudar em separado o problema do café. Como vimos, a burguesia do café dominou grande período da nossa vida política. Hoje, já não dispõe do mesmo domínio, mas foi règiamente contemplada pelo Estado amálgama, através da política de financiamento dos estoques de café. Apesar da queda do preço do café no mercado internacional (conf. o quadro I), os estoques continuaram a ser financiados pelo Estado em preços compensadores. Os lucros mantiveram-se elevados e a produção aumentou. Graças a esta política, o estoque de café do Brasil neste ano de

1961 deverá corresponder a tôda a produção mundial de café, o que poderá ser aquilatado pelo quadro II, levando-se em conta que a produção mundial de café exportável em 1959/60 teria sido de 57 milhões de sacas de café e o consumo de 41 milhões.

QUADRO I — COTAÇÃO DO CAFE'

Mercado do Disponível em Nova York

Tipo 4 — Estilo Santos — Médias anuais

Anos	*US cents/libra*
1956	58,00
1957	57,20
1958	48,80
1959	37,28

Fonte: Relatório do Banco do Brasil, 1959, pág. 164.

QUADRO II — CAFE'

Suprimento e distribuição

1.000 sacas

ANO AGRICOLA	REMANESCENTE ANTERIOR	PRODUÇÃO	SUPRIMENTO	EXPORTAÇÃO	CONSUMO INTERNO	REMANESCENTE FINAL
1946/47 . .	16.390	35.308	51.698	27.158	7.490	17.050
1950/51 . .	9.307	38.093	47.400	31.593	8,092	7.715
1955/56 . .	13.831	50.348	64.179	38.296	8.407	17.476
1959/60 (*)	38.984	72.655	111.639	40.000	10.000	61.639

Fonte: Relatório do Banco do Brasil. 1959, pág. 155.

Vemos, assim, que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, mantendo a aliança com os produtores de café, levou o país a uma pressão inflacionária irremontável senão através de medidas drásticas que serão pagas necessàriamente ou pelo povo ou pelos magnatas. Não há meio têrmo.

6. O CAPITAL ESTRANGEIRO

Dois novos grupos devem ser destacados de maneira especial: os capitalistas internacionais e os seus agentes internos, os exportadores e importadores e negocistas ligados

ao comércio internacional em geral. Êstes foram os elementos mais reacionários ao nosso desenvolvimento. Os negócios de exportação e a instalação de grandes emprêsas em setores especulativos nada tinham que os levasse à alteração do estado de coisas subdesenvolvido. Necessitada de interessar o capital estrangeiro, a burguesia recorreu então às concessões abertas a êste capital depois de tentar inùtilmente uma ou outra resistência. Para a reação contra o avanço econômico da burguesia, o imperialismo e a burguesia mercantil mobilizaram sobretudo a classe média (sempre ingênuo instrumento na mão dos jornais, revistas, rádio e televisão) para a luta moralista que levou Vargas ao suicídio e em outras oportunidades. Logo em seguida, veio a concessão através da "Instrução 113", que abria o país à penetração do capital estrangeiro em alta escala. Pouco a pouco foram se dissolvendo as radicalizações episódicas e os dois grupos se articularam como irmãos reconciliados. Mas esta reconciliação implica em contradições internas. Uma delas é quanto à repartição dos lucros que gera uma luta de interêsses. Outra quanto à reinversão do capital obtido. O que são duas faces do mesmo problema. E, por fim, quanto ao país em geral e seu processo de desenvolvimento, temos a contradição entre a necessidade de capital para manter o desenvolvimento (obtido através de máquinas, patentes e técnica que nos são fornecidos pelo imperialismo) e a descapitalização que são as remessas de lucro maiores que o capital invertido.

QUADRO III

Correlação entre o «deficit» do balanço de pagamentos, a remessa de lucros para o exterior, a entrada de capitais particulares estrangeiros e o reinvestimento de capitais. (Período: 1947/1957, em milhões de dólares)

Anos	Deficit	Remessa de Lucros	Reinvestimento	Entrada de Capitais Estrangeiros Particulares
1947 ..	182	41	19	43
1948 ..	24	66	42	11
1949 ..	74	65	39	9
1951 ..	291	92	67	4
1952 ..	643	40	85	5
1954 ..	203	104	40	25
1955 ..	116	119	36	36
1957 ..	204	100 (*)	—	143
		ANOS DE SUPERAVIT		
1950 ..	52	76	36	3
1953 ..	16	129	38	22
1956 ..	166	143	50	89

Total confessado de remessa de lucros 975
Total da entrada de capitais 390

(*) Estimativa.
Fonte: Boletim da SUMOC (julho-setembro de 1958), *in* Sérgio Magalhães — "Problemas do Desenvolvimento Econômico", pág. 19.

QUADRO IV

Recursos administrados por emprêsas americanas no Brasil — Estimativa para o ano de 1956

Itens	Milhões US$	%, do total
RECURSOS AMERICANOS:		
1 — Procedentes dos Estados Unidos (capital entrado)	600	32%
2 — Formados no Brasil (reinvestimentos de lucros aqui obtidos)	600	32%
RECURSOS BRASILEIROS:		
3 — Capitais brasileiros administrados por emprêsas americanas estabelecidas no Brasil	675	36%
Total	1.875	100%

Fonte: Aristóteles Moura — "Capitais Estrangeiros no Brasil", pág. 85.

Os quadros acima demonstram claramente que a nossa burguesia industrial e financeira, que se viu fortalecida pela aliança com o capital internacional por um lado, viu-se enfraquecida por outro. E, na medida que o processo de acumulação e extensão do contrôle dêste capital no Brasil se desenvolve, o capital estrangeiro deixa de ser um aliado para ser um dominador. Daí vêm as constantes tentativas da burguesia nacional de se sobrepor ao seu aliado, que se transforma num concorrente, o mais forte, na disputa do poder nacional. Tivemos a Operação Pan-Americana, temos as ameaças de abrir o comércio com os países socialistas para sair da asfixiante área do dólar, houve a disputa com o Fundo Monetário Internacional, o fortalecimento da Petrobrás, fala-se em intensificar a exportação, fala-se de uma política neutralista, etc. Desta aliança, no entanto, a burguesia industrial e financeira do Brasil não poderá sair, pois para se fortalecer internamente teria que mobilizar a seu favor a classe operária, que é aquela que caminha a passos largos para tomar-lhe o poder, como veremos no próximo tópico.

7. O OPERARIADO

O operariado nascente no Brasil viu-se também sob o contrôle ideológico da burguesia. Surgido com ela, teve de lutar ao seu lado pela transformação do país num grande centro industrial. O operariado foi, neste processo, o aliado da rua, a expressão de massa dos interêsses burgueses. Lutou pela Petrobrás, pelo fortalecimento do capitalismo no Brasil, pela paz social, pelo regime democrático burguês e sua canalização neste sentido, teve inclusive seus líderes — os populistas. Nada mais representativo do processo que vivemos do que a figura de Vargas, que funda o P.S.D. e o P.T.B., ou o govêrno Juscelino-Jango. Mas, para obter esta aliança, era preciso conceder. Assim surgiram a Consolidação das Leis do Trabalho, os Institutos de Previdência, o sindicalismo sob a tutela ministerial, o salário mínimo, os aumentos salariais. Tudo sob lideranças paternalistas que mantinham o operariado dentro dos esquemas da nossa burguesia.

Como todo o processo, êste seu aspecto era cheio de con-

tradições. De um lado, era impossível reduzir a perspectiva operária à perspectiva burguesa. O operariado é coletivista, comunitário, pela própria natureza de seu trabalho, e por mais que seja educado através da propaganda burguesa, que é individualista e defende de unhas e dentes a propriedade privada, não perde êste caráter. Assim, aqui e ali, a contradição se manifestava: na luta contra o aumento do custo de vida, pelo congelamento dos preços, na disputa salarial, na necessidade de maior participação na riqueza nacional, na constante solução estatal de quase todos os setores de nossa economia, etc. Continuaram sem solução os grandes problemas operários: miséria, fome, péssima habitação, ausência de condições higiênicas, analfabetismo, etc. Mas a mais violenta contradição é o fato de que, na medida em que a burguesia concedia à classe operária, ela se fortalecia na sua organização, transformando-se numa fôrça material incontrolável. Tivemos, assim, a greve da paridade (500.000 operários), dos metalúrgicos e gráficos de São Paulo (300.000 operários), da Fábrica Aymoré (vários meses), etc. A burguesia vê-se necessitada de controlar esta fôrça ou de usar a violência contra ela. Ambas as atitudes vêm sendo tomadas aqui e ali, como, por exemplo, na intervenção no Sindicato dos Náuticos. A aliança é precária e estamos vendo o seu rompimento nas próprias bases.

8. A CLASSE MÉDIA

A classe média viu-se ameaçada na sua fôrça política pelo operariado crescente. Hesitou entre um lado e outro, através de seus membros individuais. Como conjunto, no entanto, tornou-se reacionária, apoiando-se num moralismo idealista que significava sobretudo uma luta contra a modernização do país. Foi contra a industrialização, Brasília, os Institutos de Previdência, a COFAP, tudo sob o manto puro do moralismo. Mal sabia ela que servia aos interêsses mais reacionários e contrários a ela mesma. A burguesia manteve, no entanto, algum contrôle sôbre amplos setores da classe média, através da política do empreguismo. Consistiu essa política em dar funções a pessoas que tinham muito pouco a oferecer ao país novo, em vista de sua formação desvinculada da realidade. Mas êste procedimento

não estava a salvo de contradições internas. De um lado, mantinha econômicamente amplos setores da classe média, de outro, aprofundava sua marginalidade no processo produtivo. Através de sua marginalidade aumentava sua exacerbação moralista e sua esperança de que fôsse dado aos homens educados e de bem, que é o homem ideal da classe média, a oportunidade de dirigir o país. Essa alienação moralista é estudada em seus diversos aspectos em outros artigos desta revista.

Há, contudo, setores progressistas na classe média, principalmente a inteligência, os técnicos, os profissionais liberais, que, quando ligados ao processo produtivo, mostram-se capazes de entender os fenômenos e tomar partido claro. O estudantado é o mais importante dêles, porque não assumiu compromissos com a classe dominante e porque necessita do desenvolvimento econômico para encontrar emprêgo e realização profissional no futuro. No seio dêstes grupos, gerou-se uma aliança mais sólida que não deixava, contudo, de ter suas contradições. E essas surgem na medida em que a burguesia transforma o técnico num profissional mercenário e o impede de se realizar na sua vocação, em tôda a plenitude.

9. A PEQUENA BURGUESIA

A pequena burguesia — pequenos comerciantes, industriais, banqueiros, fazendeiros, etc. — vê dia a dia minada sua fôrça econômica e aumentada sua dependência da alta burguesia. Através do financiamento bancário, das facilidades da inflação que sempre lançam um dinheiro novo no mercado e favorecem os pequenos negócios, a alta burguesia manteve ao seu lado a pequena burguesia. Há sempre a esperança do progresso entre os capitalistas quando há uma expansão das fôrças produtivas. Mal sabem êles que, na medida em que o processo se desenvolve, as pequenas emprêsas perdem seu lugar para as grandes unidades e os grandes trustes. Muitas contradições se esboçaram entre o pequeno e o grande capital: na luta por localização de emprêsas em São Paulo ou Minas ou Nordeste, pela prioridade de investimentos, pelo crédito, pela acumulação do capital. E o caminho do processo é a absorção das peque-

nas pelas grandes emprêsas e o crescimento da acumulação em grande escala, conforme se vê no quadro seguinte:

QUADRO V

Indústrias de transformação no Estado de São Paulo

Número de estabelecimentos e produção, segundo grupo de operários ocupados

Grupos de operários ocupados	N.º de estabelecimentos			Valor da produção (Milhões de Cr$)		
	1949	1957	acréscimo %	1949	1957	acréscimo %
6-100	7.401	11.034	49,1	16.936	82.636	387,9
100-500	655	1.047	59.8	15.849	90.338	470,0
Mais de 500	128	227	77.3	13.186	115.512	776,0
Total	8.184	12.308	50,4	45.971	288.486	527,5

Fonte: S. N. de Recenseamento e R.E.E. de São Paulo, *in* "Problemas da Pequena e Média Emprêsas", Conselho de Desenvolvimento, pág. 10.

10. O CAMPESINATO E O SUB-PROLETARIADO

O campesinato é o grande marginal da realidade brasileira. Nela comparece apenas na época das eleições ou como um magro comprador. Analfabetismo, sub-alimentação, habitação miserável, doenças endêmicas, ausência de transporte, água encanada ou quaisquer recursos de higiene. Que podemos esperar desta população de 29 milhões de brasileiros sub-humanizados? Esta é a grande pergunta que desafia os nossos dias. Com esta classe não houve pròpriamente aliança, houve migalhas: empregos nas grandes cidades, onde se mantém marginal durante longo tempo. Temos os favelados, os mendigos, o sub-proletariado das cidades. Alguns se incorporam ao processo produtivo após gerações e gerações.

11. AS IDEOLOGIAS DE CORREÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Com o desenvolvimento econômico, tôdas as classes sociais são beneficiadas de uma forma ou de outra. O nível de emprêgo sobe, os lucros também, fatores ociosos na eco-

nomia tornam-se produtivos, o nível de vida social, a cultura, todos os aspectos sociais sofrem impulsos favoráveis. Dada esta situação, poucos poderão pôr em xeque a estrutura da sociedade. Surgem assim várias manifestações ideológicas que pretendem reformar algum aspecto ou setor da sociedade. Êste é o primeiro fator que determina as manifestações de reformismo dentro de nossa sociedade. Os vários grupos sociais tateiam timidamente a realidade, imobilizam certos aspectos que os afetam mais diretamente e transformam-nos em dogmas. Tomemos as principais dessas manifestações ideológicas que aparecem, é claro, dentro da ideologia geral de paz social, equilíbrio democrático e solução pacífica de todos os problemas.

12. O DESENVOLVIMENTISMO

Segundo esta ideologia, o desenvolvimento é a chave da solução de todos os problemas. Entende-se como desenvolvimento, no entanto, sòmente a expansão das fôrças produtivas (o aumento da produtividade, da renda nacional, etc.), sem levar em consideração as relações sociais dela decorrentes. A falácia dêste raciocínio é colocada à vista quando se põe a questão dos desenvolvimentos possíveis. E' a mera possibilidade de colocar esta pergunta que demonstra que o desenvolvimento não é um bloco único, mas que carrega dentro de si vários conflitos de classes e suas ideologias específicas. O desenvolvimentismo apela então para o determinismo mecânico do desenvolvimento que levará necessàriamente ao bem-estar de todos. Trata-se claramente de uma ideologia de classe dominante. Seu representante na ordem governamental foi o Presidente Juscelino Kubitschek, que levou às massas esta ideologia. Ocorre, no entanto, que os vários setores prejudicados pela acumulação cada vez maior da riqueza, criada pelo trabalho, nas mãos de poucos oligarcas, levantaram-se e surgiram as ideologias de correção do desenvolvimento que, sem perceberem que é todo o sistema capitalista no qual êle se faz que gera todos êsses conflitos sociais, procuram corrigi-lo aqui e ali.

13. O NACIONALISMO

O nacionalismo propôs-se a realizar um desenvolvimento nacional e independente do capital estrangeiro, o qual seria o grande culpado do sub-desenvolvimento, da inflação e o aliado das fôrças feudais e reacionárias que impediam o nosso desenvolvimento. Enquanto negava o imperialismo, o nacionalismo se mostrava uma grande fôrça nas massas, seu êrro começa, no entanto, quando entregava aos industriais e à burguesia nacional (grande e pequena) a condução da luta anti-imperialista, ainda que a colocasse sob a pressão das massas. A aliança da alta burguesia (necessária econômicamente nos quadros capitalistas) com o imperialismo, destruiu as esperanças de um desenvolvimento nacionalista e independente dentro dos quadros do capitalismo. E para demonstrá-lo surgiu a experiência cubana, que teve de se transformar em socialista para combater o imperialismo em suas raizes. O Nacionalismo, tomado no seu caráter não revolucionário, era eminentemente burguês e pequeno burguês. Como não poderia deixar de acontecer a um movimento de massas não organizadas, tornou-se campo para vários oportunistas que dêle se aproveitaram. Fizessem o que fizessem, todos consideravam-se nacionalistas.

Nas condições atuais do Brasil, não é possivel um desenvolvimento nacionalista em bases capitalistas, pois nossa burguesia tende dia a dia a se transformar num setor integrado do capitalismo internacional. O conflito entre o imperialismo e a burguesia é em tôrno de um fato comum: a exploração dos trabalhadores brasileiros. O grande conflito é aquêle entre os trabalhadores e o capitalismo internacional e nacional, e só a sua solução trará um verdadeiro desenvolvimento para o Brasil.

14. O POPULISMO

O populismo não é própriamente uma ideologia, mas um estado psicológico das massas despolitizadas, que é aproveitado por politicos oportunistas. Consiste na crença de

que é a subida ao poder de um determinado indivíduo, que se vincula com as massas, que permitirá a melhoria da situação destas. Temos, assim, várias formas de populismo, o paternalista que consiste em demonstrar um interêsse paternal pelos oprimidos (o getulismo), o popularista, que seria adotar o modo de vestir, o linguajar e os hábitos do homem do povo em geral. Não parte de fatos objetivos e da análise dos problemas do povo, mas de uma identificação sentimental com o homem-massa, despolitizado, de uma relação, não política e racional com o povo, mas sim "simpática". Aparece sobretudo nas grandes concentrações urbanas, onde temos um operariado recentemente egresso do campo, sem organização política própria, sem uma consciência formada, trazendo sòmente uma revolta interior, violentamente recalcada, que não conhece suas causas. Vêmo-lo esboçar-se no Nordeste de nossos dias, onde temos uma massa de camponeses descontentes aparecendo politicamente.

15. O MORALISMO

E' a ideologia típica da classe média, gerada por sua ausência de preocupações econômicas. Segundo esta ideologia, os males da corrupção não vêm da propriedade privada e dos sistema capitalista baseado na luta cega pelo lucro, mas sim da maldade de certos homens que detêm o poder. Se êste estivesse nas mãos de indivíduos honestos, capazes e diligentes, tudo iria em ordem e paz. Trata-se de uma utopia, sem nenhuma possibilidade de efetividade real, o roubo e a negociata não são mais que uma expressão do caráter individualista do capitalismo e não poderão desaparecer sem o desaparecimento dêste sistema. O caráter idealista da classe média se justifica por sua ausência no processo produtivo: ela só conhece os efeitos do sistema econômico, mas não sua essência profunda. Não vê e não compreende a exploração do homem pelo homem como um produto sistemático. Encontraremos outros aspectos desta análise ideológica no trabalho sôbre a alienação política.

Assinalemos aqui, entretanto, que o moralismo conseguiu atingir mesmo os setores operários, na medida em que demonstrava os efeitos da corrupção nos Institutos de Pre-

vidência e procurava culpá-la pelo aumento do custo de vida.

16. A AUSÊNCIA DE UMA VISÃO CIENTÍFICA

Por tudo isto podemos ver que esteve ausente até hoje, das camadas populares e do homem brasileiro em geral, uma perspectiva científica da sociedade, isto é, de sua realidade mesma. Em nenhuma parte se ofereceu ao povo uma verdadeira explicação de seus males. Nenhum grupo social se aplicou conscientemente no esclarecimento e na denúncia das verdadeiras fôrças que entravam e impossibilitam o avanço definitivo de tôda a sociedade. Pois sòmente a crítica conseqüente do capitalismo, da apropriação por um pequeno grupo do trabalho de todos, poderia conduzir o povo brasileiro à verdadeira consciência de si mesmo e à organização para a solução de seus males. Êste é o grande papel que cabe aos estudantes brasileiros, ao lado de todos os grupos sociais conseqüentes, representar na atual fase de nosso processo histórico.

17. A NOVA FASE DO DESENVOLVIMENTO

Durante êstes últimos cinco anos, alterou-se a estrutura industrial do Brasil. De um país essencialmente agrícola-exportador, baseado na monocultura e no latifúndio, tínhamos passado primeiramente para um país industrial produtor de bens de consumo, isto é, de produtos que se destinam ao consumo imediato. O nosso parque industrial era assim extremamente precário e o setor das indústrias de base não tinha se desenvolvido suficientemente. A partir principalmente de 1955, acentuando um processo anterior em que pouco a pouco se fortaleciam os setores de base, isto é, a produção de máquinas que produzirão máquinas e da indústria pesada, êste setor de base tende a se transformar ràpidamente na grande fôrça dominante de nossa economia. E, hoje, podemos dizer que assim já acontece. O quadro seguinte demonstra que a relação estrutural entre os vários setores foi substancialmente alterada em favor das indústrias de base:

QUADRO VI — VALOR DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS

BASE: JANEIRO 1955 = 100

INDÚSTRIAS POR SETOR	1955	1956	1957	1958	1959
Produtos alimentares e bebidas . .	120	165	187	252	355
Têxtil	125	162	—	242	—
Química e farmacêutica	121	186	210	305	425
Metalúrgica	130	185	220	395	505
Minerais não metálicos	124	—	—	175	220
Vestuário	118	242	—	305	382
Borracha	—	111	142	205	385
Papel e papelão	112	152	—	275	340
Mecânica	117	205	215	378	510

FONTE: ESTADO DE SÃO PAULO, 7-7-61.

As conseqüências sociais dêste processo são claras. De um lado, o fortalecimento da burguesia industrial e financeira, tanto no plano econômico como político. Isso significa que a determinação básica do processo social brasileiro são os interêsses dêsse grupo hoje dominante no Brasil. De outro lado, a criação de um grande proletariado urbano, superior material e culturalmente àquele proletariado de origem rural e sem qualificação técnica de que dispúnhamos anteriormente. Isto significa, no plano do pensamento e da ação social, que o processo atual exige formas mais avançadas de postulação das soluções do problema brasileiro.

O elemento básico que comanda o processo do desenvolvimento do capitalismo brasileiro é o aumento da acumulação de capital. Isto significa que o produto do trabalho na-

cional terá de se enfeixar cada vez mais nas mãos de um pequeno grupo econômico para que possa ser invertido nas grandes obras que são necessárias ao prosseguimento do desenvolvimento brasileiro. Estamos na era da grande emprêsa, para a qual todos terão de cooperar, por bem ou por mal. Estamos na era do grande capital que será comandado pelos grupos dominantes sòlidamente apoiados no Estado. E' êste processo básico que gerará e já está gerando as contradições básicas do Brasil de nossos dias.

18. ALTA ACUMULAÇÃO E DEFICIT NO COMÉRCIO EXTERIOR

A primeira contradição, no momento atual, do processo decorrente da nova fase de acumulação capitalista é entre a necessidade de capital para realizar as novas grandes emprêsas, que seriam de origem norte-americana, e a descapitalização que êste capital traz, através da remessa de lucros, royalties, etc. Além disso, devemos acrescentar o domínio da economia nacional, inclusive de capitais nacionais colocados sob seu jugo, que representa êste capital. Êstes aspectos foram estudados anteriormente através de quadros ilustrativos. No momento atual, a escassês de divisas para comprar o material externo necessário às novas emprêsas, torna-se ainda mais aguda pelo agravamento dos seguintes problemas: pagamento de dividas externas, deficit no balanço de pagamentos, decorrente sobretudo da queda no preço dos produtos agrícolas de exportação (café e cacau principalmente), conforme quadro I. Para constatarmos a expressão dêste deficit vejamos o quadro seguinte:

QUADRO VII — COMÉRCIO EXTERIOR
Valor em US$ 1000

SETORES	1957	1958	1959
IMPORTAÇÃO	1 488 826	1 358 881	1 374 473
EXPORTAÇÃO	1 391 607	1 242 985	1 281 968
DEFICIT	97 219	115 896	92 505

FONTE: RELATÓRIO DO BANCO DO BRASIL S.A., 1959.

As reações geradas pela burguesia nacional, já destacadas anteriormente, são insuficientes para responder a êstes problemas. Seria necessária uma política muito mais corajosa de ação anti-imperialista, o que só poderá ser feito através da manipulação do poder pelas camadas populares. Isto significa uma transformação radical de nossa estrutura político -social. E de fato esta opção está surgindo e se aprofundando dentro de nossa realidade social. Só resta à burguesia a aceitação da aliança com o capitalismo internacional, a abertura da economia brasileira à penetração do capital internacional.

19. A BURGUESIA FINANCEIRA

Dentro dêste processo, devemos destacar o papel básico do capitalismo financeiro, que se fortalece na medida em que o dinheiro se consolida como instrumento de troca. Tôdas as relações entre os homens se fazem pelo dinheiro e a sua manipulação torna-se a chave do domínio da sociedade. São os bancos e as casas de crédito que orientam e canalizam as inversões; que selecionam os setores mais importantes e manipulam a vida econômica. Com a concentração econômica do país, só resistem os grandes grupos e o dinheiro tende cada vez mais a se concentrar na mão de poucos. Eis as estatísticas da concentração bancária no Brasil:

QUADRO VIII — CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA

ANOS	N.º de bancos e agências	Número de matrizes	Capital dos estabelecimentos bancários (Cr$ 1.000,00)
1938	939	261	1 203 067
1944	2 139	663	2 999 681
1950	2 596	413	5 236 908
1954	4 257	384	10 669 302
1955	4 038	366	11 384 125
1956	4 257	360	16 230 009
1957	4 628	357	16 186 034
1958	4 857	345	17 436 869
1959	5 135	343	20 813 735

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO, 1958, 1960.

Na medida em que se transforma numa mola mestra da economia, o setor bancário se liga aos outros setores econômicos, particularmente ao industrial, formando o capital financeiro. Assim, temos no Brasil vários grupos industriais e bancários em associação: "O Banco Comercial de São Paulo, fundado em 1912, ligado à São Paulo Seguros e Cia. Santista de Papel; o Banco do Comércio e Indústria de São Paulo, fundado em 1889, ligado à Seguradora Brasileira, Frigorífico Cruzeiros e Indústrias Votorantim; Banco Mercantil de São Paulo, fundado em 1938, ligado à Indústria Brasileira de Embalagem, Mercantil de Administração, Cimento Maringá, o Banco Paulistano e Cia. Melhoramentos Norte do Paraná; Banco Boa Vista, fundado em 1924, ligado às emprêsas do grupo Guinle e Cia. Docas de Santos; o Banco da Lavoura

de Minas Gerais, fundado em 1925, ligado à Mineração do Amapá (da qual participa também a Bethlehen Steel dos Estados Unidos); Banco Noroeste do Estado de São Paulo, fundado em 1923, ligado à Sofunge, Cerâmica São Caetano, Cia. Construtora de Santos, Propac, Murray-Simonsen e Comercial Anglo-Brasileira; o Banco Moreira Sales, fundado em 1940, ligado à Cambuhy Coffee States, Brasilia Warrant, Refinaria União, Sotreq e Banco do Comércio; o Banco Crédito Real de Minas Gerais, fundado em 1899, ligado à garantia de Seguros e Cortume Santa Genoveva; o Banco Nacional de Minas Gerais, fundado em 1944, ligado à Macife e Nadir Figueiredo; o Banco da Província do Rio Grande do Sul, fundado em 1854, ligado à Cia. de Seguros Previdência do Sul e ao financiamento das exportações estaduais; o Banco Brasileiro de Descontos, fundado em 1943, ligado à Fiação Linense, Cobrinco, Casa Ouvidor, Urano Capitalização, Pôrto Seguros, Comercial de Café São Paulo-Paraná e Comercial Industrial de Armazéns; o Banco de São Paulo, fundado em 1889, ligado à Cia. de Seguros Ipiranga; o Banco Nacional do Comércio de São Paulo, fundado em 1936, ligado à Cia. Comercial de Vidros; o Banco Financial Novo Mundo, fundado em 1935, ligado à Vemag, Novo Mundo Administração de Bens, Miramar Seguros, Itamarati Seguros e Parque Novo Mundo; o Banco Brasileiro para América do Sul, fundado em 1943, ligado à Melão Nogueira, Cia. do Sul, Cia. Nacional de Exportação, Cia. Paulista de Louças Esmaltadas e Armazéns Manoel; o Banco da América, fundado em 1943, ligado à Indústria Brasileira de Meias, Vidro Nacional, Panameuro, Comercial C. Pacheco e Anglo-Americana Industrial; o Banco Econômico da Bahia, Bahia Capitalização, Brasmotor e Magalhães S.A.; o Banco da Indústria e Comércio de Santa Catarina, fundado em 1935, ligado à Cia. Papel Itajaí; o Banco Itaú, fundado em 1948, ligado à Cia. de Cimento Itaú." (*Heitor Ferreira Lima* — "Notas sôbre a estrutura bancária brasileira", Brasiliense, n. 8, p. 147).

Temos assim que são os grupos de banqueiros e industriais que orientam a poupança nacional para os setores que mais lhes interessam, isto é, os mais lucrativos, entrando em conflito com os interêsses do povo.

A orientação dêste capital dominado por pequenos grupos gera outras contradições dentro do nosso sistema econômico social. Êle é invertido no setor de consumo em detrimento da indústria de base, no Sul em detrimento do Norte, nos produtos inecessenciais para a maioria mas agradáveis para poucos. E o resultado do trabalho nacional é acumulado assim nas camadas superiores em detrimento das camadas inferiores socialmente, mas que são a grande maioria da Nação. A inflação é a sua manifestação, na medida em que favorece os proprietários em detrimento dos que vivem de renda fixa, até um ponto em que se torna desvantajosa para a própria burguesia quando desorganiza o mercado de capitais. Enquanto tudo isto ocorre, os conflitos sociais se aprofundam.

20. A SOLUÇÃO CAPITALISTA ATUAL

Que solução a burguesia nos oferece para êstes conflitos? Podemos negar imediatamente a sua possibilidade de nos dar esta solução já que ela é a causadora dos próprios conflitos que só desaparecerão com o seu desaparecimento. A burguesia fala assim em solucionar os problemas do país quando não quer mais que solucionar os seus próprios problemas. Temos assim o plano de estabilização monetária, o único caminho para a burguesia nacional e internacional. Arquitetado pelo Fundo Monetário Internacional, encontrou pouco a pouco sua aplicação em todos os países latino-americanos. O Brasil, por condições excepcionais que seu produto básico, o café, obteve durante um certo período no mercado internacional, vindo a partir de 55 entrar em franca decadência (v. quadro I) pôde resistir por mais tempo à pressão do imperialismo para a adoção dêste esquema. Mas, em última análise, não há possibilidade dos vários grupos oligárquicos encontrarem outra saída senão essa, dada a pressão do deficit no balanço de pagamentos e a inflação interna. Que significa esta política? Bàsicamente, trata-se de equilibrar o "deficit" no orçamento do govêrno, diminuindo as inversões estatais e entregando ao campo privado os investimentos. Isto significa socialmente maior exploração e conseqüente radicalização entre os grupos oligárquicos e o resto da sociedade. Como conseqüência desta atitude básica, a

liberdade cambial é o primeiro caminho, pois ajustará o comércio exterior ao comércio interno, restabelecendo a chamada "verdade cambial". O que aliviará, ao mesmo tempo, o orçamento do Estado que se incubia de financiar os produtos básicos para o país-subdesenvolvido. A restrição do crédito é o passo seguinte para regularizar o mercado de capital e ao mesmo tempo restringir aos grandes grupos o poder de investimento, tirando a fôrça econômica de aventureiros e especuladores que com um pequeno capital têm podido se fortalecer na nossa economia. Por fim, como complemento indispensável, o congelamento de salários para aumentar a taxa de lucro e portanto a formação de capital. Pelo que se vê, êste esquema só fortalece o grupo dominante, radicalizando contra êle e seus aliados internacionais tôdas as outras fôrças sociais. E' o que assistimos na Argentina, no Chile e em tôda a América Latina.

21. PROBLEMAS A RESOLVER

Os problemas básicos do nosso subdesenvolvimento não parecem mais passiveis de serem resolvidos pelo capitalismo. São todos aquêles fatores que se mantêm à margem dos setores avançados da nossa realidade.

O subemprêgo é a existência de mão de obra abundante em trabalhos de baixa produtividade; na medida em que surgem formas mais desenvolvidas de exploração dêste tipo de trabalho, esta mão de obra fica sem trabalho e temos o desemprêgo. Isto gera um subproletariado, um grande número de marginais que vão dar os contingentes para a criminalidade, a prostituição, etc. Temos os movimentos de população do campo para as cidades, dos "pau-de-arara" que não fogem da sêca mas dos latifúndios e do desemprêgo. Nas cidades, formam-se as favelas: no Rio de Janeiro tinhamos 166.207 favelados em 1950, dos quais 60% provenientes de outras unidades da Federação. Temos o atraso técnico nos campos e na cidade, e o seu mantenimento na medida em que sobe o preço dos bens e permite aos mais avançados tècnicamente obter maior lucro. Temos o problema da habitação nas cidades decorrente da especulação imobiliária e dos altos preços do material de construção em regime de monopólio. As precárias condições de trabalho e de higiene. A mortalidade infantil, as carências alimentares ou

fome, as endemias, a mendicância. Há uma marginalidade presente em todos os setores de nossa sociedade. Tôda uma potencialidade perdida e estragada e, ao lado disto, um aumento de população que representa um dos maiores índices mundiais. E é isto que pressiona os nossos dirigentes a responder urgentemente o desafio do desenvolvimento. Diminuir a taxa de desenvolvimento, estabilizar o quanto seja, é provocar as mais agudas crises sociais.

Mas o que a burguesia nos dá é o outro lado: é a estagnação e suas conseqüências sociais desastrosas que vamos enumerar ràpidamente. E para se manter contra os interêsses da massa da população, que dia a dia toma maior consciência de sua situação, sòmente a violência e o regime de terror poderá auxiliá-la.

1. Quebra e enfraquecimento dos pequenos proprietários que serão engulidos pelos grandes, dia a dia.

2. Proletarização da classe média e dos assalariados em geral, que terão seus salários estabilizados, as oportunidades de emprêgo diminuídas e conseqüentemente seu padrão de vida rebaixado.

3. Retrocesso das conquistas dos trabalhadores nos setores salarial, de organização sindical, liberdade de associação, etc. Será, pela sua organização, seu papel nas fôrças produtivas, sua unidade, sua perspectiva necessàriamente coletivista, a vanguarda da luta das camadas populares.

4. Aguçamento do problema agrário. Enfraquecimento da pequena propriedade agrícola. Aprofundamento da submissão econômica do camponês. E as reações subseqüentes tornando possível a mobilização política e o aparecimento do campesinato como fôrça atuante na sociedade brasileira.

A luta será comandada por uma vanguarda. Os estudantes fornecerão contingentes para esta vanguarda. Poderão ser perseguidos como as outras vanguardas de operários, camponeses e intelectuais. Mas não devemos nos acovardar. Aprofundemos o nosso conhecimento da realidade e a nossa ação conseqüente para resolver os nossos problemas. Eliminemos através da militância constante os aspectos negativos da nossa sociedade. Libertemos a nossa consciência e a consciência do povo das amarras que escondem a realidade.

aspectos da estrutura agrária brasileira

PROPRIEDADE E CONCENTRAÇÃO

ALIENAÇÃO

LIGAS CAMPONESAS, DESPERTAR DA LUTA

REAÇÃO

O CAMINHO

1. PROPRIEDADE E CONCENTRAÇÃO

Mais de 50% da nossa população têm suas atividades concentradas no setor primário, e quase na sua totalidade, vivem num estado de profunda penúria. Êsse fato está ligado ao extremo grau de concentração da propriedade agrária brasileira. Esta concentração pode ser avaliada segundo o quadro abaixo:

Estabelecimentos agro-pecuários	% do N. de stabelecimentos de cada categoria no N. total	% da área ocupada por cada categoria, na área total
De menos de 100 ha .... (pequenos)	85	17
De 100 a menos de 200 ha. (médios)	6	8
De 200 ha e mais	9	75

(1)

Por êle se verifica que 75% da área total de nosso país é ocupada por apenas 9% do número total de estabelecimentos agropecuários, enquanto que 17% da área comporta 85% do número de estabelecimentos. Alguns estudiosos dos problemas agrários do Brasil afirmam não ser fundamental a concentração da propriedade fundiária, pois sendo o nosso país de grande extensão territorial os não proprietários poderiam ocupar as terras desabitadas e não desbravadas de nossos sertões. Contudo, é preciso considerar que o conceito de grande propriedade não se define sòmente pela extensão da área ocupada.

Nestor Duarte, em estudos que fêz sôbre a questão (2), mostra o outro lado do conceito afirmando que há grande propriedade onde a distribuição da terra não está na razão da população camponêsa.

(1) Fonte: «Revista Brasiliense», n. 28, pág. 166.
(2) «Reforma Agrária» — Rio, pág. 20 e seguintes.

Em conseqüência da grande concentração da propriedade fundiária, é imenso o número de trabalhadores do campo que não possuem seu próprio pedaço de terra e são, por isso, obrigados, queiram ou não, a oferecer seu trabalho ao grande fazendeiro. Sabemos como ainda é baixa a produtividade no meio rural, como são empregados ainda em larga escala métodos anacrônicos de cultura agropecuária. Isso implica numa baixa elasticidade do mercado de trabalho agrícola, fazendo com que os camponêses ou se submetam às condições de trabalho oferecidas pelo latifundiário, quaisquer que sejam elas, ou então dirijam-se às cidades em busca de um emprêgo. Êsse êxodo da população rural provoca, além de outras conseqüências, o abaixamento do salário urbano de diversas categorias, pois a oferta de mão de obra aumenta consideràvelmente.

Os adeptos de uma teoria desenvolvimentista afirmam que êsse êxodo além de necessário é positivo, pois o atual processo de desenvolvimento em nosso país necessita de crescente quantidade de mão de obra. Mas não se leva em consideração esta mão de obra ser obtida através da manutenção do estado de miséria do homem do campo.

Além disso, grande número de latifúndios não são cultivados já que seus proprietários os mantêm virgens em busca de uma crescente valorização. Tal situação possibilita a existência de grande extensão de terras incultas ou cultivadas improdutivamente, impedindo um abastecimento mais farto aos centros urbanos tão necessitados.

2. ALIENAÇÃO

Vimos que mais da metade de nossa população trabalha no setor primário, na agropecuária. Sabemos, por outro lado, que o número de analfabetos no país ultrapassa a casa dos 30 milhões, estando em grande parte concentrados no campo.

Nas eleições de 1960 votaram por volta de 15 milhões de eleitores. Sendo a população de nosso país estimada, aproximadamente, em 60 milhões, deixaram de votar 45 milhões de brasileiros. Dêsses 3/4 de nossos habitantes que não participaram das eleições, a maioria é composta de homens do

campo onde, como vimos, existe uma alta percentagem de analfabetos.

Assim sendo, na nossa "democracia" milhões de lavradores deixam de participar da luta pelo poder político pelo fato de serem analfabetos, pelo fato de que aquêles que os exploram e oprimem lutam por todos os meios para que a êles não chegue qualquer forma de conhecimento porque, se isso se der, os camponêses não aceitarão mais a categoria de explorados e oprimidos.

Sabe-se, por outro lado, que a minoria de homens do campo que vota o faz sob juro do "coronel", sob a ameaça do bando de capangas do candidato, que coloca frente ao camponês opções que o obrigam, inevitàvelmente, a nêle votar. Os trabalhadores do campo que produzem grande parte dos bens de consumo, estão assim completamente alienados da nossa contextura política.

E' êsse o aspecto básico da alienação do homem do campo: participando ativamente do processo produtivo de nosso país, ainda essencialmente agrícola (o café o nosso principal e quase único fornecedor de divisas), não lhe é permitido participar do processo político (3). Ao lado dessa alienação política, dela decorrente e ao mesmo tempo sôbre ela atuando, está a alienação do humano, assim denominada porque a quase totalidade de nossos camponêses vive em condições sub-humanas. Não vive, vegeta.

A nossa literatura tem muitas vêzes analisado o modo de vida do homem do campo e, nesse sentido, ninguém desconhece o "Jeca Tatu" de Monteiro Lobato. E mais recentemente Antônio Callado, analisando a situação do Nordeste, diz que se "uma agência responsável solicitasse da ONU uma investigação sôbre as condições de trabalho no nordeste do Brasil... as Nações Unidas nos incluiriam entre as zonas do mundo onde ainda permanece em vigor o trabalho escravo" (4). E basta correr nossas zonas agrícolas para

---

(3) E ainda se fala em liberdade política entre nós... Só se fôr aquela liberdade que um filósofo francês com muita felicidade definiu: «Liberdade é aquilo que permite tanto a um rico como a um pobre dormir debaixo de uma ponte». Além disso, é bom frisar que o voto não levaria por si só à superação da alienação política. Poderia ser apenas uma etapa daquela superação.

(4) «Os Industriais da Sêca e os «Galileus» de Pernambuco» — Ed. Civilização Brasileira — Rio — 1960 — Pág. 33.

se ter uma visão clara de sua realidade, do alto índice de mortalidade infantil que ali impera, de seus casebres infectos, destituídos da higiene mais rudimentar e de suas precárias condições de trabalho. Existem algumas regiões onde, é verdade, o nível de vida é mais elevado, mas são exceções à regra e não a característica de nosso "modus vivendi" rural.

3. LIGAS CAMPONESAS — DESPERTAR DA LUTA

Um grande passo pela libertação dos homens do campo brasileiro foi dado em 1956 no Engenho da Galiléia, município de Vitória de Santo Antão, Pernambuco. Ali, de há muito deixara de funcionar o Engenho, derrotado que fôra na competição com as potentes usinas de açucar. Nas terras haviam ficado, porém, alguns camponêses cultivando sua mandioca, seus legumes — os foreiros.

A família proprietária dos terrenos apenas, todo fim de mês, cobrava o fôro, espécie de aluguel pela ocupação de suas terras. Com o decorrer do tempo os foreiros aumentaram em grande número e, paralelamente, cresceram também as suas dificuldades — aluguéis atrasados, enfermidades, dívidas em geral. Para resolver tais problemas foi proposta a fundação de uma sociedade. Nasceu, assim, a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, mais comumente conhecida como Ligas Camponêsas. A princípio tudo correu bem, até que um dia o filho do dono das terras do Engenho da Galiléia resolveu expulsá-los. A resposta dos foreiros foi que dali só sairiam indenizados. O caso foi levado à justiça, e os camponêses escolheram para seu advogado o deputado estadual Francisco Julião. O desenrolar dos fatos de aí por diante é bastante conhecido. A questão radicalizou-se, um projeto de desapropriação das terras do Engenho da Galiléia foi enviado à Assembléia Estadual de Pernambuco e, depois de incessantes lutas, aprovado em 1960. E hoje os camponêses, os Galileus, são os proprietários das terras onde trabalham.

Durante êsses anos, as Ligas Camponêsas se extenderam a 25 municípios de Pernambuco e, dentro em breve, possìvelmente atingirão outros Estados do Norte e também ini-

ciarão sua marcha para o Sul do Brasil. Com as Ligas Camponêsas os lavradores brasileiros mostraram que não ficarão à espera da aprovação, pela Câmara Federal, do projeto de Reforma Agrária. Estão dispostos a fazer a sua própria reforma que não tem ùnicamente como objetivo a distribuição da terra, mas também a abolição de todos os resquícios escravistas que ainda predominam no Brasil, como o regime de meias, da têrça, do cambão, do vale, da quadra, dando fim a estrutura semi-feudal de nossa agricultura. O lema agora é "Reforma Agrária se faz é na prática", como diz Francisco Julião, líder dos camponêses.

4. A REAÇÃO

Não é de hoje que rolam pelas gavetas burocráticas da Câmara Federal projetos referentes à política agrária (entre 1946 e 1958 foram apresentados ao Parlamento 213 projetos, dos quais vinte relativos à reforma agrária pròpriamente dita), mas nenhum conseguiu ser levado a plenário para votação. Os grande latifundiários, os industriais da sêca do Nordeste, temerosos que um plano de irrigação venha terminar com seus exorbitantes lucros, e todos aquêles que têm seus interêsses baseados na atual estrutura agrária movimentam seu poder, agem como grupos de pressão sôbre os deputados e senadores e o projeto volta às gavetas.

Mas, de alguns anos para cá, principalmente depois da vitória das Ligas Camponêsas, nota-se uma certa movimentação nos setôres interessados na manutenção do "status" agrário. Os camponêses do Engenho da Galiléia os despertaram e a necessidade de uma Reforma Agrária tornou-se o assunto do dia. E por um motivo bem plausível: para os grandes proprietários de terra é bem melhor uma Reforma Agrária que possa ser atenuada através de uma atuação sôbre o Congresso, do que uma na prática como a das Ligas Camponêsas. Assim, ao lado de uma propaganda obliqua contra as Ligas, vão aparecendo vários projetos de "Reforma Agrária" com o intuito de arefecer o constante ascenso

das lutas dos camponêses. Um exemplo dessa posição é o livro "Reforma Agrária, questão de consciência" (5), onde o objetivo principal é defender o "instituto básico da propriedade privada" de qualquer alteração proposta por uma efetiva Reforma Agrária. Também a Revisão Agrária idealizada pelo govêrno do Sr. Carvalho Pinto no Estado de São Paulo foi, através de bem elaborada propaganda, considerada como a verdadeira reforma, aquela que apresenta as mudanças necessárias sem a perturbação da "paz social".

Ora, basta analisar-se com mais cuidado a Revisão Agrária projetada pelo govêrno paulista para verificar que seus objetivos principais — "incentivar e facilitar a aquisição e a exploração econômica da pequena propriedade rural, até 50 hectares (20 alqueires, aproximadamente), através do aproveitamento de terras do Estado, da desapropriação de terrenos do Estado, de desapropriação de terras inaproveitadas e de compra (ou doação) de terrenos e fixar novas taxas (com caráter progressivo) para a cobrança do impôsto territorial rural, bem como determinação dos casos de redução, isenção e cobrança em dôbro" — não serão atingidos. E isso porque no Estado de São Paulo o preço médio de um alqueire de terra é Cr$ 100.000,00, e um lote de 20 alqueires custaria 2 milhões de cruzeiros. O projeto estabelece ser obrigatório o pagamento da primeira prestação mensal, equivalente a 10% do total, no ato da posse, o que torna os lotes acessíveis sòmente aos que dispõem de Cr$ 200.000,00. E mesmo que os lotes sejam de menos de 20 alqueires, qual é o camponês típico da estrutura agrária brasileira que possui Cr$ 150.000,00, Cr$ 100.000,00 ou Cr$ 50.000,00?

Quanto à arrecadação do impôsto territorial não crescerá muito, pois as possibilidades de redução e isenção, da maneira como estão previstas pelo projeto, poderão fornecer uma válvula de escape a quase todos os grandes proprietários. Uma medida positiva que apresenta o projeto é a isenção de impôsto para as propriedades até 50 hectares, apesar da isenção antiga já ser para as de até 48,4 hectares.

---

(5) Cf. D. Antônio de Castro Mayer, D. Geraldo de Proença Sigaud, S.V.D., Plínio Corrêa de Oliveira e Luís M. de Freitas — Editôra Vera Cruz — S.P. — 1960.

A verdade é que a Revisão Agrária do Sr. Carvalho Pinto não permitirá aos camponêses não proprietários ou pequenos proprietários a aquisição de terras. No máximo, poderá favorecer a uma pequena quantidade de agricultores de algumas posses. *Seu maior objetivo foi tentar tirar os camponêses do verdadeiro rumo da Reforma Agrária.*

Mas, apesar de tôda essa propaganda, a classe dos latifundiários não vê diminuída sua inquietude. Neste sentido, é bem significativo o memorial que os agropecuaristas de Minas Gerais, Santa Catarina e D. F. enviaram ao Presidente da República e ao Ministro da Agricultura, solicitando-lhes que "dissipem o temor infundido entre as classes rurais acêrca da ameaça de confisco das propriedades agrícolas por meio de uma reforma agrária expropriativa". O texto do memorial deixa bem claro que tipo de reforma agrária desejam os latifundiários quando se lê, por exemplo, que "A agricultura brasileira precisa de fundamental reorganização. Esta reorganização não deve ser pretexto para a intervenção onipotente do Estado na economia agrícola, nem deve ser feita para alterar o regime jurídico de posse da terra e emascular o direito de propriedade, mas sim dentro do espírito de respeito e confiança na iniciativa particular e com o objetivo de promover a Industrialização da Agricultura e, conseqüentemente, elevar o nível de vida do homem do campo". E mais adiante, "... a fim de elevar o nível de vida do homem do campo, o Estado deve apoiar e incentivar o proprietário para que êle proporcione aos que com êle trabalha nível de vida adequado" (6).

Resumindo: para resolver o problema da miséria do nosso homem do campo o Estado deve ajudar ao grande proprietário, ou seja, perpetuar o atual regime de propriedade e o regime de exploração do homem pelo homem dêle decorrente.

5. O CAMINHO

O caminho, os lavradores do Brasil já o estão trilhando. As lutas dos Galileus em Pernambuco, dos camponêses

(6) Publicado no «Estado de São Paulo» em 2-4-1961.

de Formosa em Goiás, dos posseiros de Santa Fé do Sul em S. Paulo, bem o demonstram.

A verdade é que a estrutura agrária semi-feudal e o regime político por ela gerado vem se desagregando desde a revolução de 1930. Mas sabemos o quanto o velho resiste antes de ceder lugar ao novo. A cultura do café, nosso principal produto de exportação e sustentáculo de nossa economia, vem dando ainda aos grandes cafeicultores um poder político considerável.

Mas, com a industrialização, modificam as relações de poder vigentes. As formas capitalistas de produção começam a atingir o campo. As relações de produção semi-feudais, ali ainda dominantes, entrarão em choque com aquelas formas de produção.

Paralelamente, a consciência política da massa camponêsa, embora cerceada pelo extremo grau de miséria em que vive, pela alienação do humano, vão tomando formas concretas apontando-lhe claramente a exploração de que é vítima. E a luta pela conquista da terra (7) onde trabalha, cada dia se mostra mais necessária e justa.

Neste sentido, os camponêses não podem confiar ùnicamente na aprovação de um projeto de Reforma Agrária por um Parlamento que não representa sua classe mas as fôrças que a antagonizam. Devem desenvolver suas próprias formas de ação e com elas seguir o caminho que leva ao fim da exploração secular a que se encontra submetida a classe camponêsa do Brasil. Para isso a aliança com a classe operária dos grandes centros urbanos é imprescindível. Juntas, classe operária e classe camponêsa, o fim da alienação será atingido mais ràpidamente.

---

(7) Conquista da terra num sentido não privativista e estático. Apenas como uma etapa que levaria à organização, dentro de novas condições estruturais, do trabalho coletivo no campo.

ALIENAÇÃO ECONÔMICA

economia do lucro e economia do homem

O ECONOMICISMO: REDUÇÃO DO ECONÔMICO E REDUÇÃO AO ECONÔMICO

A ATIVIDADE ECONÔMICA COMO EXPLORAÇÃO DO HOMEM

AS REVOLUÇÕES SOCIALISTAS

EXISTE UM SOCIALISMO?

1 — O ECONOMICISMO: REDUÇÃO DO ECONÔMICO E REDUÇÃO AO ECONÔMICO

Para muitos o mundo econômico existe por si só, é dado, imutável, segundo leis próprias a que os homens devem se sujeitar. A estrutura econômica é assim uma espécie de segunda natureza, reflexo da natureza humana, instrumento individualista e desigual. Se há pobres e ricos é porque no mundo natural da competição pela vida não há chances para todos, senão para os mais dotados. A propriedade é direito natural para o uso de um indivíduo ou grupo e lhe foi dada sem qualquer pressuposto ou exigência. Se há patrões e empregados é porque a uns foi dado o dom de comandar e a outros de obedecer, a uns o trabalho intelectual e a outros o trabalho braçal. Há uma especialização natural nos serviços de tal modo que a condição de lixeiro é indispensável mesmo que custe a cada homem-lixeiro o sacrifício de sua vida. Estas divisões têm um instrumento de mensuração, o dinheiro, que se traduz concretamente portanto em poder de superar as limitações. Neste mundo, o grande e o único mediador real é o dinheiro, único ser superior às limitações do mundo econômico. Face a êsse mundo há que se lutar individualmente para a sobrevivência. Os valores, de inteligência, coragem, honestidade, heroismo, o trabalho, são a moeda para a conquista da vitória final de cada indivíduo. A redução do econômico postula assim um dualismo entre a vida social e a vida econômica, sendo aquela subordinada a esta, no sentido de que é o econômico, no fundo, que permanece estável, ditando as leis do êxito, do progresso, da competição e do lucro, da produção comandando o consumo, do capital domesticando o trabalho, do interêsse dos grupos subordinando o interêsse coletivo...

Como valor supremo do economismo está colocada a exigência da liberdade de tudo fazer, sem barreiras, desde que o querer possa ser trocado em PODER monetário.

Um outro tipo de raciocínio é o da redução ao econômico, a afirmação segundo a qual os homens só agiriam em vista de fins econômicos, segundo interêsses e problemas econômicos. Agora não mais haveria uma realidade humana com aspectos econômicos, mas uma realidade econômica com alguns aspectos humanos.

A análise do homem teria sua expressão máxima não na interrogação sôbre o significado da atividade global do homem, enquanto ser religioso, filosófico, cientista, poeta, escritor, trabalhador, político, mas na simples observação e descrição das formas de produção econômica.

Mas esta visão economicista é fruto de um mundo liberal capitalista, é o resultado de uma filosofia de exploração do homem pelo homem, que para justificar-se a si próprio, desenvolve tôda uma filosofia de liberdade abstrata, do indivíduo e das virtudes, com ares de ciência econômica, objetiva e imparcial.

Esta ciência que a tudo explica só não interroga seus próprios princípios e pressupostos.

Ora, em nosso século, quando todos os povos despertam para o econômico de um modo prático a ciência econômica foi submetida a uma crítica impiedosa e o economicismo foi denunciado como ideologia a serviço do capitalismo. Essa crítica denunciou a alienação econômica, isto é, a perda do homem no mundo econômico, ao se transformar em simples objeto de produção, em mercadoria para circular no mundo social comandado por uma abstração, o dinheiro. E porque alienação? Porque se perde o homem ao trabalhar, ao produzir?

2 — A ATIVIDADE ECONÔMICA COMO EXPLORAÇÃO DO HOMEM

Observemos em linhas gerais o caso concreto do povo brasileiro.

Começamos a viver como povo sendo simplesmente objeto de dominação colonial européia. Nossa economia se for-

mou reflexamente, sob o impulso externo; éramos supridores de matérias primas para o mercado europeu, nada mais nada menos. Como povo não existíamos, senão como MERCADO. O interêsse econômico não era o atendimento de nossas necessidades, mas o suprimento dos mercados estrangeiros. Fomos assim objetos de uma manipulação externa e, nesse sentido, éramos alienados como povo, como nação.

A uma alienação no plano externo, na relação metrópole-colônia, se contrapunha o seu reflexo interno, a exploração de muitos por uns poucos, a exploração classista. Os camponeses, os escravos, os trabalhadores de modo geral a trabalharem sem o direito à posse de seu produto, dominados por um pequeno grupo que, por dispor de capital, era dono do poder.

A análise dessa evolução histórica da fase colonial à fase atual poderá ser econtrada em outra parte desta revista que trata do problema social (pág. 16). A nós, basta configurar a estrutura interna da alienação econômica.

Assim, de uma exploração colonial passamos a uma exploração industrial, reflexa ou dependente de economias externas e gerando inteiramente o aparecimento de grupos humanos exploradores e explorados.

Qual o processo de exploração?

Êsse processo poderia ser desdobrado para efeito de análise em cinco aspectos distintos porém inseparáveis:

1 — O capital utiliza o trabalho no processo produtivo, contrapondo ao salário mínimo o lucro máximo. Esta divisão não é só formal mas é realmente dada pela existência de duas classes, aquela detentora do capital (burguesia comercial, latifundiária, industrial, bancária) e a classe trabalhadora, que por apresentar dentro desta lógica um papel menor, secundário, era explorada em todos os seus direitos fundamentais. Para nós a alienação está justamente no fato desta exploração, em que de um lado um grupo tudo comanda e tudo pode ter e de outro um grupo em tudo é explorado, nada tem. Um é sujeito, pode decidir, outro é objeto, não reage, perde-se nas determinações de seu sujeito, que o explora.

A exploração tem como base a apropriação privada dos meios de produção e a sua utilização para fins de lucros

também privados. Êsse conceito de propriedade, se constitui no instrumento de justificação da exploração.

2 — A produção comanda o consumo: no jôgo livre em que a burguesia procura o máximo de lucro, é postulada a necessidade de um mercado livre para a competição, que permitindo uma dialética entre a oferta e a procura, e aos diferentes preços permite em conseqüência não só um aumento da produção como também o aumento do lucro relativo a essa produção. O resultado dessa lógica é que a produção comanda o consumo, tendo as necessidades humanas apenas como fonte de referência à produção. Mediado pelo dinheiro que abstrai a relação concreta entre o homem e seu produto, o mercado torna-se também abstrato, nêle tudo podendo ser medido independentemente de seu valor real. Assim as necessidades não só não comandam como também são produzidas na medida em que a produção gera novas necessidades pela simples apresentação no mercado de produtos disponíveis. Desde que os grupos humanos não são representados pela pressão de suas necessidades reais, mas pelo seu poder aquisitivo, expresso em moeda, o mercado será sempre um campo de manipulação abstrata em que às desigualdades de posse se contrapõem estritamente as possibilidades de realização humana. Estamos num mundo em que só pode "ser" alguma coisa "quem possua" alguma coisa; as qualidades humanas são inteiramente condicionadas não pela sua expressão no TRABALHO, mas por sua posse em DINHEIRO.

3 — O lucro como estímulo à satisfação das necessidades: assim como a necessidade real é condicionada em sua satisfação pela posse monetária, abstrata. Como a produção comanda o consumo, como o capital comanda o trabalho, assim também o lucro passa a dirigir a mecanismos econômicos, o desejo de lucro, a imperiosidade de lucro para a sobrevivência do regime e a manutenção da dinâmica dêste tipo de produção.

Êsse lucro se é resultado de uma exploração coletiva é manipulado particularmente e por isso é instrumento de divisão, de competição, de luta, de alienação. O homem produtor passa a não ser um homem que convive ou que "produz com" mas um homem que "deve viver à custa de", da

competição, pela derrota econômica de outro produtor e pela contínua exploração da fôrça do trabalho.

Se ao trabalho cabe um pagamento em salário, ao capital cabe o lucro como pagamento. Na lógica capitalista é o lucro quem decide o que "sobra" ao trabalho.

4 — Concentração de Capital: Na competição ganha o mais forte, estabelecendo-se uma pressão inexorável no mercado relativamente à oferta e aos preços. Êsse contrôle cada vez mais restrito em formas de trustes, monopólios etc., resultado moderno da lógica capitalista, estabelece a concentração do capital e a conseqüente concentração nas mãos de pequenos grupos do poder de decidir, do poder político. Essa concentração se refere aos grupos que atuam no processo produtivo, burguesia e proletariado, como se refere também a uma concentração no espaço gerando regiões exploradoras e regiões exploradas (vide a "Alienação Social", onde temos os dados relativos a essa concentração no Brasil).

Assim, no Brasil existe não só a burguesia concentrando o seu poder à custa da exploração da classe operária, como existem também regiões desenvolvidas, industrializadas (o centro-sul) explorando de forma claramente colonial, regiões subdesenvolvidas, o norte e o nordeste. Essa exploração é expressa claramente nas relações de troca estabelecidas, produtos industrializados por matérias primas, concentração industrial no centro-sul, concentração de capital, concentração do mercado exterior etc., todos êstes e outros, elementos que definem a dinâmica do desenvolvimento de um povo.

5 — Como coroamento dêsse complexo processo de alienação, está a ideologia capitalista. O primado do indivíduo sôbre o todo social, o tabu da propriedade privada que serve de base à exploração capitalista latifundiária, industrial, comercial, bancária, o mito da livre concorrência, do Estado mau patrão, a solução pelo moralismo, o culto das pequenas virtudes, das desigualdades necessárias, da "ordem social" baseada na iniqüidade, da democracia formal em que os explorados têm seus direitos garantidos em lei mas proibidos de fato por suas condições econômicas, de exploração, de impotência, de desamparo. Iríamos longe ao mostrar

como a ideologia burguesa com seus mitos tenta encobrir a alienação econômica.

Em nossos tempos essa ideologia adere aos problemas do desenvolvimento e edifica seus mitos. O mito do progresso natural, feito em clima de absoluta liberdade dada ao livre jôgo das ambições de grupos. O mito do desenvolvimento expresso em cifras de toneladas e toneladas — em que não se pergunta para quem estarão indo os dividendos do lucro social. O mito finalmente do nacionalismo, arma de luta, ontem e hoje instrumento de mistificação para encobrir ao proletariado seus direitos aqui, no Brasil, e agora, século XX, de não só ganhar mais, como ser também êle proprietário dos instrumentos de produção. O nacionalismo defendia agora o direito da burguesia industrial, acenando com a possibilidade de defender os interêsses do operariado num futuro distante...

E como êsses, tantos outros mitos: a classe burguesa que analfabetizou a classe operária ao negar-lhe os frutos de seu trabalho, justifica um privilégio alegando o baixo índice de cultura do povo. "A um povo ignorante só há que explorá-lo".

O Estado, nesse mundo capitalista, é o instrumento de promoção de grupos particulares, não do povo como um todo. E' um juiz sempre imparcial, pelo mais forte. Sua polícia é para "os agitadores", famintos; sua justiça é para os pequenos crimes, seus planejamentos visam a preparar o campo para os grandes interêsses, das grandes firmas dos pequenos grupos. Seu sistema é para proteger os fortes em detrimento dos fracos. Se entra como mediador é para decidir no sentido da correnteza...

3 — AS REVOLUÇÕES SOCIALISTAS

Ora, essa crítica pode ser feita ao mundo capitalista porque surgiram outras soluções históricas aos problemas do homem, realizadas pelo mundo socialista. Não perguntemos inicialmente pelos seus erros, por suas falhas, observemos antes o fato de que houve uma nova solução, aparentemente impossível, que colocou em xeque a solução capitalista, competindo em todos os planos e se impondo ao mes-

mo tempo de um modo verdadeiramente espantoso. Quem poderá negar a realidade do êxito da URSS, da China, de Cuba?

Foi essa possibilidade de um mundo diferente do mundo capitalista que colocou para os povos não um MODELO ÚNICO de revolução, mas a REVOLUÇÃO, original em cada povo e para cada povo, como superação da alienação econômica capitalista.

Observemos então que não é uma revolução a ser implantada, mas a ser elaborada històricamente, que não será cópia, mas criação original. Que não será principalmente econômica, seria voltar ao economicismo, mas política, no sentido de que é uma construção, uma opção consciente por uma estrutura social, atingindo o homem na sua totalidade (estabelecendo assim de modo agudo o problema de um novo humanismo, de uma nova visão do homem). Antes de chegarmos a essa revolução critiquemos alguns posições ideológicas relativas ao problema. Não abordaremos a atitude histérico-reacionária típica de burguesia aflita: tentaremos analisar duas posições que aspiram, a seu modo, por uma solução:

a) A posição angelical, típica do burguês ou do intelectual burguês para fugir à realidade e às exigências das transformações concretas exige para iniciar qualquer solução uma situação ideal, impossível dentro da história. Absolutiza às vêzes uma causa e a privilegia, isolada, dentro de um determinado contexto.

De tanto ser simples e boa a solução torna-se impossível por ser abstrata e não levar em conta os dados da realidade humana, que é complexa e contraditória. Assim os angelicais têm diante da estrutura econômica uma visão de repulsa tranqüila. Repulsa ao não querer levar em conta os dados econômicos, e tranqüila por ser geralmente a visão de alguém "não tocado" pela miséria e pela injustiça. E' alguém que contempla a ordem do mundo e ao notar-lhe qualquer defeito atribui como causa um elemento exterior, de modo geral espiritual, tal como "falta de vergonha", preguiça, indolência etc. "O problema do Brasil, dizem os moralistas angelicais, é o da falta de caráter".

Não são diferentes êsses angelicais daqueles que reduzem a realidade humana a determinismos econômicos. Do mesmo modo dualistas só fazem atribuir o mal a um determinismo de ordem diferente.

Os angelicais idealistas no fundo não apresentam a solução real porque não têm o menor interêsse em transformar a realidade. Se teòricamente a expressam, não seriam êles, no entanto, jamais, os primeiros a tentar essa nova solução na prática. Primeiro porque são soluções impossíveis, depois porque estão desligados da história real dos homens explorados a alienados. Tomemos um exemplo. Argumentará um sociólogo angelical:

— "Os políticos são corruptos, o Estado burguês é desonesto e não atende aos interêsses do povo. Fala-se em um Nacionalismo, mas o nosso problema é interno. Não há imperialismo, há incapacidade dos nossos governantes. Só resolveremos nosso impasse pela reforma agrária...".

Se perguntarmos a êsse sociólogo: "Mas quem faria a Reforma Agrária? Os latifundiários, o Estado mau patrão, os políticos desonestos, o povo analfabeto?

Chegaremos à conclusão de que, colocada a solução, reforma agrária, não será possível, por falta de quem a faça. Então: perplexidade... porque foi apontada a solução, mas escamoteado o agente para executá-la. Um outro escritor moralista diria: "Falta é vergonha na cara, nosso problema é antes de tudo moral, é educação"... A mesma pergunta sendo feita, isto é, "quem" e "como" resolveria o problema, e a mesma perplexidade virá como resposta.

Não fazem análises para VER a realidade, mas para justificar a impossibilidade de sua solução prática. No fundo é um pensamento de tipo fariseu, moralismo de direita.

b) — Solução romântica: Sob um certo aspecto romântico é a daqueles que, proprietários de um esquema também ideal, sonham com a revolução proletária dia e noite, elaboram esquemas deduzidos de esquemas para explicar a realidade da injustiça social sem terem jamais tentado um diálogo fraternal com a realidade, com os dados, com os fatos, os homens concretos.

Fazem uma metafísica revolucionária e postulam soluções as mais radicais, e por isso mesmo inaplicáveis. Não

que o radicalismo seja em si o seu êrro, mas sim a exigência romântica de sua atualização aqui e agora, por passe de mágica. Assim como os angelicais, são sectários e, possuídos pela ditadura do esquema, não sabem dialogar, aceitar, ceder, errar, recuperar-se, encontrar-se com novos aspectos de uma realidade em movimento, única e dinâmica. Farisaismo de esquerda, moralismo de esquerda. O êrro dêsse romantismo não está tanto em seus princípios, às vêzes absolutamente certos, mas em suas conclusões, no mais das vêzes impossíveis e desligadas da realidade. Muitos dêles dirão: "A solução é a tomada do poder pelo proletariado". Certo. Mas que proletariado, como, quando e onde? Terá êsse proletariado consciência, está êle pelo menos revoltado com sua situação, contará êle com uma organização suficiente, com uma liderança atuante e livre? A isso não respondem e no mais das vêzes nem tentam se integrar nos movimentos concretos do proletariado no sentido de realmente levá-lo ao poder, entregar-lhe os instrumentos de decisão política, realizando assim a ordem do TRABALHO contra a ordem do CAPITAL. (1)

---

(1) A solução romântica consiste quase sempre numa transposição intelectual, teórica de esquemas revolucionários aplicados em outras regiões do mundo. E' uma revolução plagiária, que, ao ignorar os aspectos específicos da realidade, suas possibilidades e tendências, tenta impor a uma realidade desconhecida um esquema consagrado, porém às vêzes intradutível em têrmos locais, no mais das vêzes condenado ao fracasso.

Não é portanto uma reflexão ativa, participante, conhecedora do processo real do desenvolvimento de um povo, mas uma reflexão contemplativa, dogmática, estéril e às vêzes histérica. Por falta de uma ação real, concreta, transpõe suas praxes para o campo teórico e elabora teorias e mais teorias, produz explicações na mesma medida de sua impotência em transformar a realidade.

Os românticos revolucionários não deixam de ser revolucionários por seus projetos, mas principalmente e quase que ùnicamente por não estabelecerem contato real com aquela classe que tentam salvar, a classe operária.

A essas posições se oporia uma visão realista não tímida, não medrosa, não comprometida, mas uma visão que, passando pela mediação dos dados concretos, das realidades vividas e sofridas do povo brasileiro, pela percepção prática e teórica das tendências, dos grupos, de seus graus de consciência, de seus interêsses e fôrça fôsse capaz de propor uma solução a ser dada històricamente a partir de agora para progressivamente se atualizar no futuro. Uma perspectiva radical a ser implantada progressivamente (2). Mas os possuidores desta visão deverão ser os agentes desta transformação proposta. No terreno da História nada é absolutamente impossível, desde que sujeito às condições específicas que cada projeto exige. A grande contribuição das revoluções socialistas foi a prova irrefutável de que o TRABALHO é que constrói o CAPITAL, embora o capital leve a melhor no capitalismo. O esfôrço coletivo pode ser o motor de qualquer transformação material, desde que o interêsse de todos os homens consiga domesticar as ambições de alguns grupos, para a satisfação das necessidades humanas.

À visão capitalista se contrapõe então uma visão socialista, da qual destacamos essas notas fundamentais:

1 — O mundo econômico não é uma anarquia harmônica, um campo onde os homens esportivamente disputam seu pedaço de pão. E' antes uma estrutura complexa que será

---

(2) A visão realista, por ser radical em sua perspectiva, não pode, por um lado, se propor como conciliadora dos conflitos fundamentais de classe, de interêsses e projetos históricos, e por outro lado cair na tentação romântica de colocar como programa uma revolução impossível. E' portanto uma visão que, sendo equilibrada, não é tímida e não faz concessões. Seu único ponto de referência é uma fidelidade constante às realidades históricas e um compromisso também constante com a formação integral do mundo de trabalho. Seu equilíbrio não é dado pela negação do risco, mas pela consciência do momento em que o risco deve se impor com possibilidade de êxito, segundo dados reais. Porque essa visão sabe das possibilidades espantosas da história, quando asentadas sôbre fôrças coletivas que se libertam e se promovem quebrando as velhas estruturas da injustiça.

orientada, construída democràticamente pela fôrça do trabalho, segundo uma prioridade de necessidades e de tarefas, visando a assegurar a todos o mínimo indispensável. E' pois um mundo a ser planificado, democràticamente, com a participação efetiva de todos os grupos que efetivamente trabalham. Há uma planificação democrática possível. Planificação não será obra sòmente possível em regime de terror.

2 — O homem não é um objeto a ser manipulado socialmente, mas um sujeito com direitos inalienáveis. Direito à sobrevivência física, à posse dos instrumentos de produção, ao acesso à cultura, aos órgãos de decisão política, direito ao culto, à afirmação de sua personalidade própria, específica.

3 — A propriedade não será instrumento de dominação de grupos ou indivíduos, mas tendo o seu caráter social acentuado, será instrumento de promoção coletiva. Não será um absoluto, mas alguma coisa de relativa a um fim a ser atingido por todos os homens. No Brasil é urgente reformular o conceito de posse do capital, resultando pràticamente na apropriação operária da propriedade industrial, assim como em relação à propriedade latifundiária haveria que se implantar a reforma agrária de modo a permitir aos camponeses a posse produtiva de seu instrumento de trabalho: a terra. Outra reformulação das mais urgentes se refere à posse do capital bancário, hoje entregue à burguesia bancária, que dispõe de capital coletivo segundo seus interêsses mais imediatos, numa manipulação das mais perniciosas. Êstes três aspectos, no entanto, refletem três tabus: propriedade privada dos meios de produção industrial; propriedade privada dos meios de produção agrícola e pecuária; propriedade privada do capital a ser reinvestido no processo de produção e comercialização.

O farisaismo de nossa democracia consiste justamente no fato de se estabelecer sôbre êsses três tabus, que implicam em profundas injustiças sociais, e na colocação do trabalhador como simples objeto de exploração pela burguesia industrial, latifundiária e bancária. A revolução é postulada quando, ao perceber essa alienação, é proposta sua supressão a bem da justiça, a bem de uma concepção do homem humanista e cristã.

4 — As desigualdades não serão aceitas como obrigató-

rias mas simplesmente como etapas a serem ultrapassadas. Desigualdade econômica, social, etc. Nesse sentido é que se coloca o fim da divisão de classes sociais, fruto da divisão entre os detentores do capital privado e os que sòmente podem oferecer seu trabalho.

5 — Finalmente na democracia socialista o Estado não será joguete dos grupos de pressão, mas um ponto de convergência das aspirações coletivas, realmente presentes através de órgãos de base, de liderança efetiva e de um processo flexível de aferição da vontade popular, assim como instrumentos de fiscalização e contrôle por parte destas mesmas bases.

4. EXISTE UM SOCIALISMO?

Diremos que històricamente não, se considerarmos essas proposições em sua totalidade. Mas parcialmente sim e o nosso século assiste a êsse esfôrço gigantesco da edificação de uma nova estrutura econômica. Não cabe aqui criticar seus fracassos, seus erros, mas uma atitude positiva e uma vez reconhecida a impossibilidade de uma ordem capitalista justa, edificaremos, nós mesmos, por nossa luta, uma estrutura socialista em que os erros do passado não se repitam no presente, sabendo-se no entanto, contra os angelicais, que em todo processo histórico há erros, crises e falhas, contra os românticos que uma solução ideal nunca se efetuará agora, por milagre. Essa nova ordem é resultado de uma consciência correta da realidade, de um contato direto com as massas, de um processo que se faz històricamente, com uma temporalidade própria, segundo determinismos próprios, em constante tensão com o projeto da revolução ou de transformação a ser efetuada.

E é por isso que à classe universitária de um país subdesenvolvido, privilegiada por serem 7 entre 1.000 os brasileiros que chegam à cultura, cabe essa tarefa histórica de pensar a realizar a revolução brasileira.

Só há um meio de responder ao nosso privilégio: negando-o pràticamente pela supressão das desigualdades sociais, só possível no dia em que a classe universitária, vencendo seus preconceitos pequenos-burgueses, lutar lado a lado com

a classe operária por sua formação, pela implantação do mundo do TRABALHO, contra o fetiche do CAPITAL.

E esta não é uma tarefa de "agitadores", de "comunistas", mas de todos aquêles que, de posse de uma consciência humanista, não se conformem com o farisaismo da estrutura de exploração criminosa do homem pelo homem.

ALIENAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

sem armas e com bagagem...

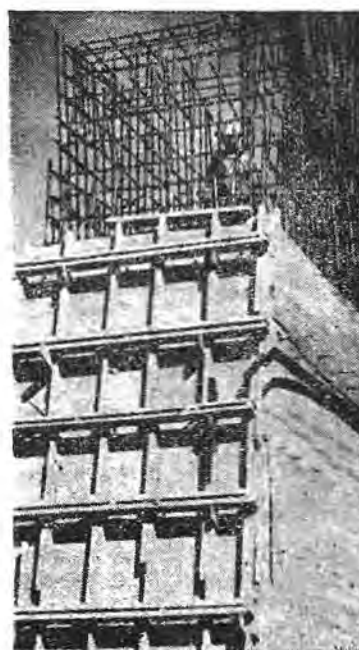
ENGENHARIA E TÉCNICA ESPECIALIZADA

DILEMA PROFISSIONAL

CIÊNCIA E IMPROVIZAÇÃO

O CIENTISTA SEM LUGAR AO SOL

CIÊNCIA ARQUIVADA E TÉCNICA ALIENADA

PERSPECTIVAS E CONSCIÊNCIA

"Le bourgeois est contentement, donc inconscience; il est aliené, sans le savoir". — JEAN LACROIX.

1. INTRODUÇÃO

Todos os problemas apontados nos capítulos anteriores levam-nos a perguntar que resposta pode dar a êles a cultura de um povo. Não enfocamos aqui a questão sob um prisma única e especìficamente universitário (além de ter sido objeto de vários estudos em nossos números anteriores, êsse tema será abordado no número especial de MOSAICO destinado à Reforma Universitária). Queremos verificar a adequação à realidade que possam ter o conhecimento técnico-científico e as profissões que a êle correspondem no Brasil de hoje.

Sabemos que, entre os problemas criados pela estrutura estratificada da sociedade brasileira e por sua democracia formal, está o da carência da formação de técnicos e profissionais capazes de cumprir as tarefas básicas do desenvolvimento. Ultrapassado o aprendizado artesanal, o país estaria a exigir uma qualificação técnica de sua mão de obra, através de um ensino apropriado de nível médio. Sabemos, no entanto, que dois motivos principais impediram que tal se concretizasse: 1 — O caráter seletivo da escola, fazendo da escola média um caminho a ser trilhado por privilegiados, rumo à Universidade, a empregos públicos ou a outras formas de qualificação pessoal. A massa obreira sequer poderia pensar em escola média e, fora dela, era pouco compensador o prestígio social conferido pela condição de técnico de nível médio; 2 — A dificuldade de se instalar um ensino técnico adequado, (êsse ensino é testado pràticamente pelo mercado) a par de relativa facilidade em se simular o ensino de tipo acadêmico, cuja qualidade é dificilmente mensurável.

A ausência de um ensino técnico de grau médio, capaz de atender efetivamente às necessidades do país, conjuga-se ainda ao caráter extremamente instável de nossa mão de obra, que procede do setor agrícola e oferece à produção urbana capacidade antes física do que tecnológica. Diante da quase nulidade de nosso número de técnicos e da desqualificação do setor trabalho, encontramos o técnico de nível superior, formado na Universidade, a braços com a dificuldade de se situar numa realidade inconsistente. O caso mais específico em nossa realidade é o dos engenheiros, que estudaremos a seguir.

2. ENGENHARIA E TÉCNICA ESPECIALIZADA

Inicialmente, digamos que o acesso à Engenharia, como às demais profissões universitárias, faz-se através de rigoroso peneiramento baseado em critérios extra-educacionais, como o econômico. Assim é que a burguesia tem o privilégio de adquirir cultura e, por motivos fàcilmente compreensíveis, procurará manter o "statu quo" que garantirá seus privilégios. Desta forma, as escolas colocam-se a serviço de uma estrutura oligárquica, que confere títulos e privilégios a alguns, reduzindo os demais a objeto de dominação. Nosso ensino oferece, assim, uma cultura acadêmica, desvinculada das exigências sociais do meio, e que se apresenta sob a forma de *qualificação pessoal*. E' verdadeiramente estranho que um engenheiro, um técnico, seja um "doutor" em que mais valem o anel e o título do que a qualificação para os serviços à coletividade. Mas, é dentro dessa ótica que se compreende porque até hoje o curso de Engenharia Civil tem tanta importância em nossas faculdades: é um curso *tìpicamente liberal*.

Tomando em consideração a estrutura social, observamos que nossas escolas de Engenharia são vítimas de uma dupla alienação: de um lado encontram-se alienadas juntamente com tôda a estrutura capitalista e de outro as faculdades se acham alienadas como tais, isto é, não funcionam para atender à própria realidade do capitalismo brasileiro, uma vez que seu ensino é acadêmico. Cumpre salientar, entretanto, que tais alienações não se separam. Pelo con-

trário, o ensino e os resultados obtidos pela faculdade como tal são conseqüência das próprias contradições do Capitalismo. Assim, na própria América do Norte o "deficit" de engenheiros é bastante acentuado. Vejamos os dados:

1955	USA	23.000	formados em Engenharia
1955	URSS	60.000	" " "
1959	BRASIL	1.600	" " "

A par da deficiência numérica, vários erros se acumulam em nossas escolas. Pode-se constatar logo de início que o engenheiro sofre as conseqüências do *tecnicismo*. Sua cultura está marcada pelo mito da técnica que surgiu com o Positivismo e se desenvolveu com a Revolução Industrial e, desta forma, não dispõe êle de uma cultura humana ao nível de sua formação técnica. Assim, para grande número dos engenheiros, a técnica passa a dirigir a vida e esta só terá significado a partir daquela. O conhecimento da realidade humana é dispensável e apenas se justifica como objeto de retórica e decoração. Ainda, a explicação técnico-científica da realidade é o único critério a se recorrer.

Não estamos aqui pedindo um ensino "humanístico" nas Escolas de Engenharia, que se faça sentir sob a forma arcaica e romântica de reação à técnica. Nesse sentido êle apenas colaboraria para a alienação e para a falsa colocação do problema da técnica. Pois a alienação consiste justamente na dissociação do humano, no caso a dissociação entre a esfera técnica e a vida concreta dos brasileiros.

3. ESPECIALIZAÇÃO E ESTRUTURA UNIVERSITÁRIA

Tomando, no entanto, o próprio nível técnico, o mais grave é que a grande maioria das faculdades de Engenharia do Brasil ainda pode ser classificada como a medíocre Escola de Engenharia adequada ao período de civilização que se encerrou em 1800 (1). O nosso ensino técnico é um ensino de técnicas superadas. Ora, o desenvolvimento do Brasil está a exigir a modernização das técnicas. Se nossas fa-

(1) Cf. Ernesto Luís de Oliveira Júnior — «Ensino Técnico e Desenvolvimento» (ISEB).

culdades não puderem fazer frente a êsse problema, estaremos diante da falta quantitativa e qualitativa de técnicos. Além disso, interessa-nos solucionar êsse problema através da promoção de técnica própria, no lugar de importada. Tal só se poderá fazer com o desenvolvimento da pesquisa na Universidade.

O povo brasileiro tem o direito de exigir que as escolas de Engenharia forneçam especialistas nos vários setores da tecnologia para atender às necessidades do desenvolvimento. Não basta que essas escolas formem apenas engenheiros civis. E' preciso que haja uma consciência sôbre especialização. Veja-se, por exemplo, que em Minas Gerais é escasso o número de engenheiros especializados graduados entre 1950 e 1957 e que é bem maior a proporção de engenheiros civis.

CURSO	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	TOTAL
Minas, Metalurgia e Civil . .	17	21	19	14	12	24	13	12	132
Civil	26	58	58	48	69	69	100	90	518
Químicos Industriais	2	3	—	3	2	1	—	1	12
Industriais e Metalúrgicos .	5	3	—	1	4	1	2	—	16
Mecânicos e Eletricistas . . .	28	35	45	35	33	41	29	30	276
Civis e Eletrotécnicos	19	15	21	25	37	22	30	27	196
Eletricistas	8	22	7	4	2	5	—	2	50
Arquitetos	8	20	22	19	21	15	10	8	123
Urbanistas	—	14	8	3	4	5	6	7	47
TOTAL	113	191	180	152	184	183	190	177	1370

Em 1915 o Brasil se encontrava em estado técnico idêntico ao dos Estados Unidos em 1890. No entanto, tínhamos nesta época 150 engenheiros para cada 1.000.000 de habitantes, enquanto os Estados Unidos possuíam, em 1890, 600 engenheiros para cada 1.000.000 de habitantes.

À medida em que o número de candidatos às escolas de Engenharia aumenta, estas se mostram cada vez mais alheias ao processo de desenvolvimento da sociedade brasileira. As escolas não têm procurado desenvolver ao máximo suas possibilidades no sentido de formar um número maior possível de engenheiros, o que se torna cada vez mais necessário, dado o "deficit" astronômico no mercado profissional. Ao contrário, é reduzido o número de vagas nas custosíssimas escolas de engenharia e, muitas vêzes, nem siquer êsse número é preenchido.

Caminhamos cada vez mais para a especialização. Não é mais possível o ensino técnico submeter-se às mesmas normas de um curso acadêmico, que visasse à "cultura geral". Neste sentido, já se nota alguma preocupação em certas escolas com a especialização, embora se decida um tanto às escuras, sem consultar as necessidades sociais da região.

A Escola de Engenharia da UMG dividiu recentemente o curso de engenheiros mecânicos e eletricistas em dois: o curso de mecânica e o de engenheiros eletricistas, êste último com duas opções, a saber: eletrotécnica e eletrônica. O curso de Engenharia Civil admite já hoje, no 4.º ano, três opções: estruturas, transportes e hidráulica-saneamento.

O atraso de nossas escolas encontra ainda uma base nas fortes resistências à Reforma do Ensino de Engenharia. Tais resistências subsistem principalmente porque:

1 — Os órgãos até agora encarregados do contrôle da educação não desejam perder a posição de predomínio sôbre os órgãos técnicos.

2 — Os professôres, em grande número, não poderiam se adaptar a um regime de ensino mais exigente sem prejuízo dos empreendimentos lucrativos que atualmente podem exercer, em virtude da pequena parcela de horas que dedicam às cátedras.

3 — Grande parte dos alunos, que trabalha durante o dia, não encontraria condições de satisfazer a um regime de estudos mais severo, com freqüência obrigatória e trabalhos de laboratório.

Vê-se por aí que as condições de uma Reforma não seriam fáceis de estabelecer. Uma primeira conseqüência seria tornar o ensino ainda mais custoso. (1) Nem por isso, entretanto, a necessidade deixa de se impor.

4. DILEMA PROFISSIONAL

Terminado o curso, o engenheiro brasileiro está diante de uma realidade profissional difícil: o exercício da profissão implicará que êle cumpra suas funções de planejador

(1) No que se refere aos gastos com laboratórios e Institutos, impõe-se imediatamente um planejamento unificado. Uma iniciativa em que se pode depositar esperanças é, pois, a COSUPI (Comissão Supervisora do Plano de Institutos). Na realidade, impõe-se a adequação das universidades às possibilidades econômicas de nosso povo.

e supervisor, ao mesmo tempo em que substituirá o técnico de nível médio, profissional inexistente. E' claro que êsse fato prejudicará sensivelmente as suas funções específicas, impedindo-o de desenvolver adequadamente as técnicas. Uma conseqüência imediata é a aplicação de técnicas decalcadas do estrangeiro, que não levam em consideração nossas necessidades e recursos. Capaz ùnicamente de aplicar essas técnicas o engenheiro passa, à proporção que se expande o sistema de dominação capitalista, a funcionar como operário de alto nível técnico. A tendência à proletarização da profissão é um fato cada vez mais verdadeiro.

Ora, enquanto participante da ideologia liberal burguêsa, o engenheiro assume posições conservadoras, reacionárias, que postulam a diferenciação de classes como algo inerente à própria condição da sociedade humana, diferenciação fundada sôbre o poder econômico. Incapaz de assumir a condição proletária e de lutar dentro dela, o engenheiro se lança ao mercado, não como profissional, mas como empresário. Desta maneira, muitos fogem dos empregos, fogem da exploração de que poderiam ser vítimas, passando à exploração de que serão beneficiários. Quantos serão os engenheiros que se dedicam à especulação imobiliária, às incorporações, às emprêsas construtoras urbanas ou de estradas, na condição de empresários de tais empreendimentos? Nestes casos, a qualificação profissional só lhes valerá na medida em que fôr necessária ao "know how" da mais valia.

Não admira, desta forma, a formação de uma casta de engenheiros que se isola em sociedades inteiramente desvinculadas das necessidades e aspirações coletivas da região ou do país. Exemplo mais vivo desta alienação não nos poderia ser dado do que o programa da Sociedade Mineira de Engenheiros, no segundo semestre do ano que se findou:

1 — Plano de vendas de automóveis Dauphine;
2 — Excursão de férias;
3 — Jantar do Engenheiro;
4 — Núcleos regionais;
5 — A SME em Brasília;
6 — Restaurante da SME;
8 — Excursão às obras do DNOCS etc.
7 — Excursão a Monlevade;

5. CIÊNCIA E IMPROVIZAÇÃO

Da mesma forma como vemos as dificuldades de formação de técnicos para o desenvolvimento, não podemos deixar de lado o angustiante problema científico do Brasil. Últimamente tal problema tem sofrido uma alteração em seu panorama. Mas em grande parte ainda nos encontramos prêsos às peias da ausência de preocupação universitária pela pesquisa cientifica.

Se contemplarmos a situação cientifica do Brasil antes do inicio da Segunda Grande Guerra veremos uma paisagem bastante melancólica. Concentrações de trabalhadores no campo da investigação científica havia sòmente no Instituto Manguinhos e no Instituto Butantan — dedicados a um trabalho sério, cujos frutos não nos permitem outra afirmação. Êstes indivíduos quase tudo deviam a uma qualidade inata de cientistas e a atributos que formaram autodidàticamente. A não ser mais recentemente, o Brasil não dispôs de pesquisadores formados para a pesquisa científica. Tínhamos, sim, bons farmacêuticos que se dedicavam à Química, mas que se prepararam antes para a aplicação do que para a pesquisa. Assim, médicos na Biologia, engenheiros na Física e na Matemática, advogados em Ciências Sociais. A bem da verdade, devemos dizer que tivemos médicos, farmacêuticos, engenheiros e advogados cuja contribuição para a Ciência foi de valor inestimável. Todavia, apesar de contarmos com grandes nomes, contamos também com bastante mediocridade. Passava a se impor, desta forma, uma formação científica específica, isolando-se a função puramente técnica da pesquisa criadora.

Com o desenrolar da guerra e o êxodo de bons cientistas europeus, pôde também o Brasil ser premiado com alguns dêstes valôres. Acrescente-se que o incremento dado ao intercâmbio cultural entre as nações foi uma injeção de sangue novo para a nossa cultura. Mas, ao mesmo tempo, ficávamos submetidos aos recursos que pudéssemos obter de instituições estrangeiras, uma vez que os órgãos governamentais brasileiros encaravam o problema com decidida falta de seriedade. Basta dizer que o CNPq em 1960 não recebera, até 1.º de dezembro, um cruzeiro siquer do govêrno. No Con-

gresso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, reunido em julho de 1960 em Piracicaba, os cientistas dirigiram um apêlo ao Presidente da República solicitando apôio ao CNPq. Ao que tudo indica, o apêlo não foi ouvido.

6. O CIENTISTA SEM LUGAR AO SOL

Além dêsses males, nota-se uma forte resistência das profissões tradicionais à promoção dos pesquisadores. Assim, na distribuição de verbas, vemos absurdos como o fato de deslocar, por um jôgo de prestígio, a formação de Físicos, Físicos Nucleares e Geólogos, da Faculdade de Filosofia para a Escola de Engenharia, instalando-se nesta última, inclusive, um Reator Atômico. Da mesma forma se procede no ramo da Biologia, tirando-se a Faculdade de Medicina de suas funções de formar profissionais que iriam cuidar da saúde do povo para passar a um núcleo de pesquisa especializada que deveria estar na Faculdade de Filosofia. Qual a razão, desta forma, de existir uma Faculdade de Filosofia? Se fôsse para formar professôres de nível médio, dever-se-ia chamar Escola Normal e ter alterados os atuais dispositivos regimentais. Esta faculdade deveria ser o centro da Universidade, mas tem sido até agora o quarto de despejo.

A falta de racionalidade na aplicação de nossos recursos, a que já nos referimos acima, entra aqui ao ponto de nos deixar atônitos. Pertencemos a um país subdesenvolvido, pobre, repleto de desigualdades sociais, fome e miséria; todavia, a nossa Universidade parece o palácio de mandarins. Vejamos, na nossa singela Belo Horizonte, a Universidade de Minas Gerais, que tem quatro laboratórios de Química Biológica, com seus catedráticos, assistentes e serventes. Ora, um material que componha decentemente um laboratório é algo muito caro. Que espécie de Universidade é esta? Ou não é Universidade. O mesmo se repete no que toca à Física, Histologia, Parasitologia e outras cadeiras. Entrementes, todos dizem que a pesquisa deve ser feita na Universidade, mas ninguém se lembra de que, para isso, é necessário montar um laboratório para cada pesquisador.

Vivendo à custa de instituições estrangeiras, "bicos" e

serviços públicos e não muito freqüentemente integrando um quadro universitário, nossos bons pesquisadores se perdem em atividades que ultrapassam sua capacidade de trabalho, diminuindo sua qualidade. Só mesmo uma fibra excepcional pode assegurar o lugar que o Brasil ainda possui no tocante à Genética, à Física e à Parasitologia e possibilitar conquistas como o descoberta do méson, as raças de boi e o milho híbrido, a erradicação da febre amarela. Mas, como tivemos ocasião de acentuar, tudo isso se faz à custa do heroismo de alguns expoentes, continuando o país a não contar com um quadro integrado de cientistas e pesquisadores.

7. CIÊNCIA ARQUIVADA E TÉCNICA ALIENADA

Os fatos que ràpidamente mencionamos mostram ainda um problema. Pesquisadores procuram novas técnicas e drogas, enquanto não se aplicam as que já possuimos. Assim, se a aplicação do sal cloroquinado impede o desenvolvimento do plasmodium, por que ainda temos malária na Baixada Fluminense? Se na Pampulha havia Planorbideos, por que se permitiu ou autorizou o represamento da água?

Um exemplo digno de nota é o perfeito alheiamento de nossas Faculdades de Medicina da realidade que as cerca. No discurso de formatura dos doutorandos de 1959 pela U.M.G., o orador assinalava (1): "As nossas faculdades de medicina são bem um exemplo (de divórcio e alheiamento da realidade médico-social do pais). As faculdades federalizadas e mais ricas tendem a um crescente academismo e perfeicionismo cientifico. Sob a pretensão de formar uma elite médico-científica, e, dizendo-se estribadas no que se faz nos centros mais adiantados, adotam muitas vêzes normas esdrúxulas e, por que não dizer, até criminosas. Assim é que de 120 alunos ou mais que formava a nossa Faculdade em tempos idos, hoje, enriquecida e extraordinàriamente bem aparelhada, admite turmas que têm em média 50 alunos. Não se diga que se formavam maus médicos, porque os mais brilhantes de nossos professôres, e os me-

(1) Discurso publicado em MOSAICO n. 2.

lhores médicos profissionais desta terra montanhesa, formaram-se naquela velha escola". "Quem conhecesse o currículo médico de nossa Faculdade, sem conhecer a realidade social, imaginaria estar em um país paradisíaco, de população rica, super-nutrida, livre de endemias e parasitoses, em que seus felizes habitantes se dessem ao luxo de manter uma faculdade, com alguns médicos interessados em doenças raras e raríssimas, já que a profilaxia, higiene e medicina social não constituem problemas. Poder-se-ia mesmo pensar que se procura esconder a realidade do homem brasileiro ao médico, por motivos que não compreendemos. A ausência de psicologia médica e descaso pela psiquiatria podem fazer pensar que o homem brasileiro é apenas um corpo doente, sem problemas emocionais e neuróticos de tôda ordem".

8. PERSPECTIVAS E CONSCIÊNCIA

Tal é a realidade em que nos encontramos no setor técnico-científico. Não é de espantar, desta forma, que as profissões relacionadas com êsse setor continuem a ser antes que tudo nomes de diplomas. Essa realidade se insere, entretanto, na alienação global da sociedade brasileira e em plano global será resolvida. No nível da realidade técnico-científica o que podemos fazer é constatar a que ponto está escravizado o homem brasileiro e, ao mesmo tempo, verificar os pontos em que se pode atuar, neste nível, para apressar o nosso processo de libertação. E' de se notar a preocupação das novas gerações com a Reforma da Universidade. Mas, enquanto isso, os profissionais se erigem em casta com a finalidade de se servirem cada vez mais do esquema de competição capitalista. As perspectivas não são muito animadoras. Animadora entretanto é a consciência que começa a nascer desta realidade. No dia em que ela se consolidar muitos privilégios rolarão por terra.

ALIENAÇÃO FILOSÓFICA

aventuras nossas de um pensamento alheio

UMA FILOSOFIA NÃO CONTEMPLATIVA
TRABALHO HUMANO E TRANSCENDÊNCIA
SUJEITO, REALIDADE E TAREFA HUMANA
O HOMEM SITUADO
O PENSAMENTO IMPORTADO
ESFÔRÇO DE TRANSCENDÊNCIA E ESFÔRÇO DE CONSERVAÇÃO
O HOMEM PRÉ-FABRICADO
MARXISMO E ALIENAÇÃO
PERSPECTIVAS

1. UMA FILOSOFIA NÃO CONTEMPLATIVA

O título do artigo indica seu objetivo mas não diz tudo. Não se trata de eliminar a filosofia como *forma* alienada de pensamento, mas sim de reestipular as condições de validez do pensamento filosófico. A crítica à filosofia se faz no próprio nível da filosofia; assim, é a idéia de uma filosofia não alienada que dá sentido ao artigo.

Mas por que falar em filosofia alienada ao invés de filosofia "errônea"? Por que não dizer simplesmente *êrro* ao invés de *alienação?* Isto se justifica porque não aceitamos que a "verdade" de uma filosofia seja correlata de uma simples convicção individual. Não consideramos a filosofia como um conglomerado de sistemas criados no decorrer da história. Para nós, o conhecimento filosófico não é uma atividade gratuita, indiferente a que se pense desta ou daquela maneira. E se rejeitamos o dogmatismo de uma convicção individual, rejeitamos igualmente o ceticismo, como um "dogmatismo invertido". Dogmatismo e ceticismo, resultados típicos do modo grego de filosofar. Nós rejeitamos a concepção grega da filosofia, como saber puramente teórico, como atitude contemplativa, desapegada, em perpétua disponibilidade, diante do mundo. Hoje sabemos que êste ideal grego de conhecimento contemplativo não é senão o subproduto de um ócio sustentado por uma sociedade baseada na escravatura.

Uma filosofia alienada, assim, não é simplesmente uma filosofia "errada", uma filosofia que não vê o mundo e o homem como são efetivamente. Uma filosofia alienada, além disso, é um pensamento que impede ao homem, por ignorar o que é e o que o mundo é, fazer-se efetivamente homem, entrar em posse de sua humanidade. A seqüência do artigo procurará justificar esta tomada de posição.

2. TRABALHO HUMANO E TRANSCENDÊNCIA

O dado fundamental para a compreensão da natureza humana é o *trabalho* realizado pelo homem no mundo. O trabalho humano implica em que o homem se coloca em oposição ao mundo, uma vez que o fim do trabalho é a transformação do mundo. E é justamente enquanto se opõe ao mundo que o homem se destaca do mundo, como um existente de um novo gênero, como um existente não "mundano" mas tendo o mundo como seu correlato; em outras palavras, o homem se cria enquanto *consciência*, enquanto sujeito de uma atividade dirigida contra o mundo. Assim, enquanto consciência, enquanto razão, o homem transcende o mundo, transcende uma esfera do mundo, a animalidade.

E' preciso explicitar o sentido do conceito "trabalho humano":

Em primeiro lugar, êle se diferencia do trabalho animal pelo fato de que é destinado a uma tomada de posse do mundo, o que significa dizer que o homem se instaura como *sujeito*. O resultado de sua atividade transformadora do mundo não é apenas uma melhor adaptação ao meio, êle não a exerce simplesmente para melhor se enquadrar no mundo: o homem transcende a natureza. Êle se coloca acima dela e por isso pode efetivamente dominá-la, ser seu "dono" seu "dominus". Nós compreendemos então que a determinação dos atos humanos é de outra ordem que o mecanismo que rege a natureza. A liberdade é a característica fundamental da existência humana.

Em segundo lugar, a forma inicial do trabalho humano é o trabalho *físico*, o trabalho visando simplesmente à sobrevivência do corpo pelo domínio da natureza hostil. Mas justamente porque a oposição à natureza chega a um grau máximo no homem, justamente porque o homem se instaura como sujeito consciente, o trabalho humano ultrapassa êste nível e toma outro sentido. A tomada de posse do mundo só poderá se realizar plenamente *pela doação de sentido ao mundo*. O trabalho humano só toma pleno significado quando entendido ao nível da razão como fundamentadora do mundo.

Em terceiro lugar, ao falar de transcendência humana estamos falando tanto de uma transcendência ontológica — uma nova ordem de existência — como de uma transcendência ética. Transcendência ética no sentido de que o trabalho humano, pelo qual o homem dá sentido ao mundo e se torna efetivamente homem na medida em que o faz, implica valores: valores correlatos à razão (conhecer) e também valores de solidariedade humana (amor), uma vez que a tarefa humana não é individual, mas comum a todos os homens. A liberdade é a condição de efetuação dêstes valores. Dizer que o homem é consciência livre significa que é êle que *dá* sentido ao ser, significa que êle é *doador* de sentido, ao invés de receber sentido. Significa que a solidariedade humana é solidariedade entre *sujeitos* humanos, e não relações de dominação, de objetivação do homem pelo homem.

Em quarto lugar, e êste é o ponto mais importante, se o homem transcende o mundo e se realiza efetivamente enquanto homem através de uma atividade, de um trabalho, segue-se daí que a natureza humana não pode ser pensada senão como *esfôrço* de transcendência, como *projeto,* como *idéia-limite*. As filosofias alienadas pecam por um "aristotelismo" muita vez insuspeitado e inesperado. Trata-se dêste vezo de pensar a realidade e o homem a partir do esquema substância-acidente, num sentido justamente oposto ao que indicamos. A filosofia pensa tradicionalmente o homem como substância. Isto não se aplica apenas à definição aristotélica (e medieval) do homem como um composto substancial de corpo e alma; isto se aplica, por exemplo, ao homem como "res cogitans" de Descartes e até mesmo ao homem moral colocado sob o signo do imperativo categórico, de Kant. Tradicionalmente, o homem é para a filosofia *um ser pre-determinado por uma essência humana,* na qual está irremediàvelmente encerrado. Não podemos nem falar que sua vida consiste na realização desta essência: esta já lhe foi dada de antemão e trata-se apenas de mantê-la. Cálicles e Sócrates, ambos possuem plenamente a humanidade; se são brancos ou não, se são gregos ou persas, se são livres ou não, nada disso importa: é acidental. A vida moral, as

opções morais, as coragens e as covardias, não afetam em nada a substância homem, são meras determinações acidentais.

Isto implica em que a humanidade está fora da história. O que é história não afeta substancialmente o homem. O homem, a rigor, está fora da sociedade em que vive, *êle é um estranho ao seu trabalho*, êste só lhe interessa como condição de sobrevivência material ou como especulação irresponsável. As contradições da realidade são, assim, desconsideradas, uma vez que o homem independe da realidade. Admite-se que o mundo e a sociedade podem ser fontes de alienações do homem. Contudo já se afirmou que o homem traz em si tudo o que lhe é necessário para ser homem. O escravo, o senhor, a criança e o adulto, o maduro e o imaturo e o neurótico, todos possuem igualmente a humanidade. Fatalmente, tais filosofias vão desembocar no conformismo e na reação. Sua função desvirtua-se para a justificação ideológica de uma situação contraditória, alienante.

3. SUJEITO, REALIDADE E TAREFA HUMANA

O progresso da idéia de uma filosofia não alienada se fêz muito lentamente e supõe o aprofundamento do problema do conhecimento rigoroso, da idéia de um conhecimento bem fundamentado — a ciência. As questões epistemológicas e as questões ontológicas (o mundo e o homem) de fato constituem as faces de uma filosofia verdadeira, e portanto de uma filosofia não alienada. Já no século 17 Descartes inicia a tarefa de constituição de uma teoria do conhecimento. Mas precisamos esperar por Hegel e Marx no século 19 para o início de constituição de uma teoria satisfatória do mundo e do homem. Um trabalho filosófico aproveitável deve partir atualmente de um diálogo com êstes dois filósofos. Além de Hegel e de Marx, porém, um movimento do pensamento filosófico reclama um diálogo. Trata-se da fenomenologia, que, com seu fundador, trabalha na linha da teoria do conhecimento. O mérito da fenomenologia consistiu em mostrar que a correlação sujeito-realidade não pode ser quebrada. Nada resolve afirmar o sujeito ou a coisa como o dado absoluto; isto no mínimo é uma constatação histórí-

ca. A correlação não pode ser quebrada, porque ela é de natureza *intencional*, o que significa que os dois polos ligados por essa relação intencional, sujeito e realidade, se supõem mùtuamente. Isto se deve a que o conhecimento consiste num "ato doador de sentido ao ser". O objeto nunca é reduzido à subjetividade, mas o sentido de objetividade, o sentido-de-ser é função do sujeito; é o que significa dizer que a objetividade é constituida pela subjetividade através de uma intuição doadora. Abandonando o idealismo de certa fase da fenomenologia percebemos que o conceito de um "ato doador de sentido ao ser" está bem próximo do conceito de "trabalho humano", como o explicitamos. Por outro lado, como mostram as últimas obras de E. Husserl, a fenomenologia pensando o homem enquanto consciência, enquanto razão, pensa a humanidade do homem como uma idéia (no sentido kantiano), uma idéia-limite situada num horizonte de que nos aproximamos sempre. Compreende se então que a fenomenologia pode falar antes numa "tarefa humana" do que numa natureza humana.

1. O HOMEM SITUADO

Até agora tratamos da alienação filosófica de um ponto de vista geral, o que se impunha, dada a natureza especial da filosofia. Podemos falar de uma economia brasileira, mas só muito impròpriamente podemos falar de um filosofia brasileira. E isto por uma questão de princípio e não em virtude de nossas limitações culturais. Não podemos falar de uma filosofia brasileira como também não podemos falar rigorosamente de uma filosofia francêsa, de uma filosofia alemã, etc. E' claro que cada nação, cada sociedade, desenvolve o pensamento filosófico à sua maneira, mas sempre a itenção filosófica é uma intenção de universalidade e, se existem filosofias que não podem ser compreendidas senão a partir de uma análise ideológica que revela seus suportes sociais, são estas as filosofias alienadas, justamente as que não realizam a idéia de filosofia. E' fácil de compreender por que podemos apesar de tudo chamar filosofia um pensamento que não realiza a idéia da filosofia, mas difícil de explicar sem prolixidade.

Mas, por outro lado, é legítimo que os filósofos brasileiros, como os de qualquer outra nação, desenvolvam uma problemática especial. Afinal de contas, se admitimos que o homem "fabrica" sua natureza pela oposição ao mundo, é certo e é necessário que o filósofo brasileiro leve em consideração o que seria, digamos, o "mundo brasileiro". O homem é consciência livre, mas sua liberdade se exerce dentro de certos limites, e esta limitação é o que chamamos situação. O homem é um ser situado e cada situação específica exige uma forma correlata de oposição, de trabalho, de exercício da liberdade. A "situação brasileira" faz nascer o "homem brasileiro". Sem renegar sua intenção de universalidade, a filosofia pode se voltar da consideração da natureza humana em geral e das categorias de que usa para descrevê-la (liberdade, trabalho, situação, transcendência...) para considerar em segundo lugar como o homem realiza (e êste verbo vem de *res*) em situações determinadas, concretas, a sua natureza humana.

5. O PENSAMENTO IMPORTADO

Não vamos fazer um apanhado geral da filosofia atual no Brasil. Vamos nos limitar a duas correntes que pretendem explicar o homem e a realidade brasileira e lhe dar princípios diretivos. Não escolhemos tomismo e marxismo arbitràriamente, como amostras, mas porque são estas as duas correntes no Brasil que não se reduzem a simples posições individuais, mas procuram e conseguem atuar sôbre a sociedade.

O primeiro dado da questão é a ausência de um pensamento filosófico autêntico no Brasil: tomismo e marxismo são sistemas importados, soluções pré-fabricadas trazidas da Europa. Não se nota esfôrço algum de aprofundamento, de alargamento, de vitalização de qualquer dos sistemas. Quando muito um ou outro tomista ou marxista "re-pensou" o sistema para assimilá-lo e assumi-lo com um mínimo de consciência e coerência. Mas isto não ultrapassa a esfera individual e só tem validez como aperfeiçoamento pessoal, como "cultivo da vida interior".

6. ESFÔRÇO DE TRANSCENDÊNCIA E ESFÔRÇO DE CONSERVAÇÃO

Uma filosofia não-alienada compreende a natureza humana como liberdade; é uma teoria capaz de dar sentido ao esfôrço de transcendência humana. De certo modo é um "espiritualismo". Não porque compreenda o espírito como uma substância, como um ser tendo seu lugar predeterminado numa natureza hierarquizada. Se fala em "espírito humano" é para marcar a ordem de existência nova que o homem instaura para si ultrapassando a ordem "mundana" de existência.

Pois bem, os católicos bem-pensantes do Brasil, (1) tomistas ou que se afinam pelo tomismo — e o Centro Dom Vital representa bem êstes "católicos" —, lançam mão a todo momento da "transcendência humana", da "dimensão espiritual do homem", da "dignidade da pessoa humana", ou qualquer outro equivalente que exprima estas profundezas, exatamente para justificar uma ordem reacionária que impede ao homem brasileiro entrar efetivamente em posse de sua humanidade.

E se isto acontece é porque êles não sabem de que estão falando. São incapazes de compreender em que consiste exatamente a transcendência humana devido ao "aristotelismo" que apontamos nas filosofias alienadas. E' preciso mostrar agora como funciona o mecanismo de reação destas filosofias.

7. O HOMEM PRÉ-FABRICADO

Vimos que a conseqüência importante do "aristotelismo" apontado é a visão do homem como estranho a seu trabalho; é a incapacidade de ver que a historicidade é a dimensão espiritual do homem. O homem é inelutàvelmente um homem como uma pedra é uma pedra. Ambos estão fechados em sua essência. O que acontece então é que as filosofias alienadas vão reduzir a humanidade ao que já está fei-

---

(1) A alienação pròpriamente religiosa é tratada em outro artigo. (Pág. 89).

to, estratificado, no homem. Mas o que está estratificado no homem nem sempre o foi pelo exercício da liberdade humana.

E' o que acontece com o tomismo dos brasileiros. Preocupados em defender a "dignidade da pessoa humana", não percebem que êste conceito está viciado por um regime social alienante. Isto fica patente quando percebemos que êsse conceito é invariàvelmente associado ao conceito de democracia. Os tomistas salvam suas boas intenções pelo elemento utópico do conceito de democracia, através de sua verdade parcial. Mas as meias verdades são piores que as mentiras.

E de qualquer modo a democracia que defendem é simplemente o sistema de defesa das liberdades civis: a liberdade do pensamento e de expressão do pensamento, o direito do voto, o direito de oposição ao govêrno (mas não ao regime). Enfim, a liberdade de comprar a "Tribuna da Imprensa" e de ler Gustavo Corção.

Não há dúvida que as liberdades civis são valores que se impõem. Mas isto não deve fazer esquecer que há uma liberdade mais fundamental: a liberdade de viver, o direito de viver decentemente, o direito de ser não só o instrumento do trabalho, mas também o verdadeiro agente do trabalho, seu "dono".

Forçados pelos acontecimentos, os tomistas brasileiros vêem-se obrigados a alargar, mas não a modificar, seus quadros de pensamento. Admitem que o problema econômico é o primeiro a ser resolvido, devido à sua premência. Mas querem fazê-lo de cima para baixo. Isto porque consideram que o mal de que a democracia padece é acidental. Para corrigi-lo basta colocar no poder uma equipe de homens íntegros (que na verdade, como na U.D.N., fazem da honestidade uma profissão) a fim de que êles se encarreguem de normalizar o comportamento democrático. Trata-se exclusivamente de moralização. Moralização da administração, moralização da previdência social.

Aí está. Para êles, o instrumento de justiça social é a previdência social. Nada mais longe de seu pensamento que a idéia de revolução. Os tomistas brasileiros não percebem que a democracia, que teòricamente pode ser defendida com

coerência, até agora tem sido realmente o instrumento de um regime social alienante: o capitalismo. (Não é aqui o lugar de discutir a alienação social; o leitor fica remetido ao artigo que trata dêsse assunto à pág. 16).

E êles não podem perceber isto por uma questão de princípio. Se o homem traz em si a sua humanidade, feita de uma vez por tôdas, "pré-fabricada", o problema econômico se reduz simplesmente ao problema de assegurar ao homem uma base mínima de confôrto material. Já está surradíssima a frase de Santo Tomás. Mesmo para ser santo, o homem necessita de um mínimo de confôrto. Não importa que o homem detenha ou não o contrôle dos meios de produção, que seja enfim o dono de seu trabalho. O que importa é que o patrão pague um salário mínimo "justo".

Daí o papel reacionário do tomismo brasileiro. Daí sua incompreensão do problema dos países subdesenvolvidos. Daí sua incompreensão de fenômenos como o desenvolvimento econômico brasileiro, a revolução cubana, etc. Seus oponentes são "materialistas", "consideram o homem apenas pelo lado econômico", "reduzem-no a uma engrenagem de uma sociedade totalitária", etc., etc. E afinal cobrem sua ação sob o manto largo do anti-comunismo.

8. MARXISMO E ALIENAÇÃO

Passamos agora a discutir a teoria que os comunistas brasileiros apresentam para explicar a realidade brasileira e proporcionar princípios diretivos para sua evolução. Em têrmos gerais, cremos que a crítica dos tomistas ao marxismo é justa. Êle faz do fator econômico o fator determinante e absoluto da humanidade e a alienação econômica é a suprema forma de alienação.

O conceito de alienação faz parte da filosofia marxista. No entanto, parece-nos que o marxismo fracassou em seu projeto de compreensão da natureza humana. Não há dúvida que é o marxismo o primeiro pensamento a apontar no trabalho humano o dado fundamental para a compreensão da natureza humana. Apesar disso êle se perdeu num naturalismo que tem por conseqüência a incapacidade de ver a transcendência humana. Naturalismo porque o homem

permanece no marxismo um ser da natureza, a gênese da natureza humana é explicada apenas mecânicamente. Conseqüentemente, o conceito de trabalho é reduzido à sua primeira expressão: o trabalho físico de simples modificação da natureza. Impossível então falar em transcendência humana, impossibilidade patenteada pela teoria marxista da consciência como mero *reflexo* da realidade. Daí porque a alienação econômica no pensamento marxista não é apenas a forma primária de alienação, mas a alienação por excelência, à qual se reduzem tôdas as outras formas de alienação.

Vê-se assim que a filosofia marxista — pelo menos na forma soviética, o marxismo interpretado por Engels — não apresenta conceitos adequados para pensar a situação do homem brasileiro e, portanto, propor normas de ação. Uma vez que a luta que atualmente se trava é a do desenvolvimento econômico, o marxismo é um aliado nesta fase inicial. Mas, o marxismo brasileiro só é capaz de nos fornecer soluções pré-fabricadas, que podem ter sido bem sucedidas alhures, porém que pelo fato de serem preconcebidas não se adaptam a realidade brasileira. Isto se deve em parte ao desenraizamento inevitável de qualquer filosofia simplesmente importada. E em maior grau ainda aos esquemas rígidos e estreitos do marxismo. A rigidez e a estreiteza dêstes esquemas decorre justamente do naturalismo apontado no marxismo, dêste afã de explicação puramente mecânica. Paradoxalmente, o marxismo não é bastante dialético.

9. PERSPECTIVAS

Neste deserto filosófico brasileiro, os dois pensamentos que se sobressaem não são aptos a pensar a realidade brasileira. Acresce ainda o fato de que uma filosofia não-alienada e rigorosa não foi ainda conquistada pela humanidade. De qualquer modo, o pensamento atual (no qual confluem três correntes poderosas: fenomenologia, existencialismo e a herança de Hegel, esta última representada principalmente pelo marxismo) pelo menos a título de projeto já conseguiu elaborar conceitos para a constituição desta Filosofia, a Filosofia. E dizemos isto sem perder de vista que, da mesma

maneira que o homem está se fazendo continuamente, esta filosofia também se fará continuamente, como aproximação indefinida de um mesmo limite. Neste quadro nós brasileiros temos também parte na missão. A universalidade do pensamento filosófico o exige e a nossa própria vida também.

ALIENAÇÃO RELIGIOSA

nem todo aquêle que diz senhor, senhor...

> "L'esprit religieux ne consiste pas à couvrir le tout par l'apologétique, mais à dégager l'authentique de l'inauthentique, et le durable du caduc". (Emmanuel Mounier).

1. RELIGIÃO E ALIENAÇÃO

Focalizar a realidade religiosa de uma sociedade sob o prisma das "alienações" que ofereça não implica, de modo algum, na aceitação dos postulados e das conclusões de uma filosofia materialista. Com efeito, para esta, tal como a vemos expressa, por exemplo, por Feuerbach, Marx e Engels, a religião seria o modo de existência mais tìpicamente alienado, a figura mesma da *perda* do homem, subjugado aos produtos de sua criação: Deus, o sobrenatural, são vistos como criações humanas às quais o ser humano se escraviza; o que têm de realidade é roubado à realidade humana; não passam de soluções ilusórias para problemas de raízes mais profundas, por isso ùnicamente solucionáveis ao nível mais básico do ser do homem: a produção da vida material, o econômico. Em suma, a religião, pela sua própria natureza, só pode ser alienada.

Tal perspectiva, que não nos cabe discutir aqui (remetemos o leitor interessado ao trabalho de Jean-Yves Calvez — La pensée de Karl Marx —, pp. 55 a 102 e 603 a 635), não é a que adotamos. Para nós, reconhecer a existência da alienação religiosa, ou das alienações religiosas, está, simplesmente, dentro da linha de aceitação da religião como responsável dos empenhos humanos na história, das conquistas e das misérias de que esta se constrói, sem que isto acarrete, obrigatòriamente, que se lhe retirem as notas de intemporalidade ou de essencialidade. Isso admitido, poderemos julgar, dentro de uma determinada época históri-

ca, o grau de *autenticidade* ou de *alienação* das manifestações de vida religiosa: na medida em que a religião se alie com o mundo das mistificações que històricamente pesam sôbre a humanidade, ou em que compactue com a redução do homem a objeto de exploração, a mercadoria, ou com a sua subjugação ao mundo natural, não transformado pelo trabalho, nessa mesma medida estaremos diante de uma experiência religiosa alienada, deformadora do sobrenatural, ao tirar ao homem a fôrça de luta contra as misérias pela esperança de uma conciliação num além distante; ao contrário, se estamos diante de uma religião que inscreve, dentro de suas exigências concretas, os esforços do homem em progredir, em ascender a níveis mais altos de convivência e de civilização material e espiritual, ela se mostra claramente como fiel, ao se manifestar, à sua essência profunda. Aceitar a religião na história consiste para nós em atingir uma de suas notas principais; e tirar da história o critério da autenticidade ou não das experiências concretas de vida religiosa não nos parece constituir recurso a algo de extrínseco à religião mesma, desde que esta, no nosso modo de ver, implica, essencialmente, na base do "reconhecimento" de Deus, do Absoluto fundante, o reconhecimento do *outro* e da *natureza*, reconhecimento ativo e livre em que assenta o próprio impulso da história humana para a frente, para mais alto. Nenhuma visão da religião cristã nos parece mais correta do que a de mostrá-la na sua recusa de qualquer dualismo entre, por exemplo, a conquista do paraíso celeste e a luta contra as misérias terrestres; as visões religiosas do mundo em que se colocam, como realidades antitéticas e irreconciliáveis, a matéria e o espírito, o corpo e a alma, o temporal e o espiritual, e que dividem, por assim dizer, a luta do homem em duas frentes, a celeste e a terrestre, podemos dizer, sem mêdo, serem radicalmente anti-cristãs. O Cristianismo, em seu sentido mais profundo, está isento da justa acusação que Marx dirige à religião dualista (ópio do povo).

Ao passarmos ao exame da alienação religiosa na realidade brasileira, tomaremos por base de julgamento o afrontamento ou não que êsse modo específico de existência implique dos problemas e desafios históricos presentes,

vividos por nosso povo. Assim, estaremos aptos a indicar as deformações que êle sofre, a sua redução ao plano de uma manifestação de vida menos humana, que torne, portanto, o homem alienado. Nosso exame restringe-se ao presente, e visa principalmente à religião católica (cuja importância quantitativa e em têrmos de influência na vida brasileira atual, como também em nossa formação histórica, é, sem sombra de dúvida, no panorama das religiões aqui existentes, a mais significativa). Limitamo-nos, por outro lado, à indicação dos aspectos alienados e alienantes de nosso catolicismo, o que tem, dentro do espírito dêste número de MOSAICO, um valor de denúncia que não significa o desconhecimento de suas inúmeras manifestações autênticas e renovadoras. Não precisamos insistir, finalmente, no carater imperiosamente rápido de nosso exame, o que, dando-lhe cunho não raro dogmático e simplificador, nem por isso lhe retira, no todo, a validez.

2. EMPENHO HISTÓRICO E SOCIEDADE CLASSISTA

Fixado o empenho histórico presente do povo brasileiro como a luta pela superação da situação colonial, em tôdas as suas dimensões, particularmente na do subdesenvolvimento econômico, dentro de uma perspectiva de não aceitação das formas capitalísticas de produção e de convivência social que se tendam a implantar (quando tal implantação já não seja um fato) em nossa sociedade, consistindo na busca de autêntica democracia política, social e econômica, sôbre as bases de uma sólida infraestrutura econômica obtida através do processo de auto-promoção histórica das massas proletárias, teremos o critério, na medida da aceitação ou não dêste empenho histórico, para uma denúncia das formas caducas e alienadas de que se revista o nosso catolicismo (remetemos o leitor aos trabalhos anteriores, sobretudo "Alienação Social", na pág. 16).

Não será difícil, de início, verificar como o catolicismo configurando-se pelo modêlo da estrutura social é, sem sombra de dúvidas, um catolicismo classista. Isto não é para estranhar, nem constitui novidade no mundo ocidental. Se o catolicismo surge como ingrediente do todo social arma-

de, em sua estrutura, na base das divisões de classe, e se êsse modo dilacerado de convivência social — a divisão de classes — implica modos de existência, de classe a classe, quase irredutíveis uns aos outros, é fatal que o próprio catolicismo será vivido muito diversamente pelas classes em questão. Ora, sendo a dilaceração da sociedade em classes antagônicas uma das alienações fundamentais do homem brasileiro, um catolicismo que com ela compactue, dela se sirva, justifique-a, procure mesmo por diversas formas mantê-la, será, evidentemente, alienado e alienante.

Na verdade dêsse catolicismo reflexo e ao mesmo tempo fator de sustentação da estrutura de classes de nossa sociedade, poder-se-iam mostrar diferentes tipos, que acompanham as linhas de clivagem que marcam essa estrutura. Basta-nos todavia reter a distinção entre um "catolicismo burguês" — que atua històricamente como tranqüilizante da consciência das classes dominantes, canalizando sua fôrça na prática das virtudes privadas, e justificando, no mundo social, a ordem estabelecida, os privilégios de dominação, prestígio e riqueza, as misérias e espoliações de tôda sorte — e um "catolicismo das massas" (o catolicismo dos grupos populares rurais e urbanos), que funciona socialmente como aquêle "ópio do povo" denunciado pelos marxistas: religião que traz, para as misérias e injustiças vividas pelo povo, ora paliativos de uma esperança longìnquamente colocada no céu, sem nenhuma repercussão no sentido de uma luta concreta pela superação dessa existência despojada, ora os remédios mais sensiveis dos eventos miraculosos, das práticas quase mágicas de um catolicismo noveneiro, reduzido às exterioridades, aos ritos mecânicos, as mais das vêzes em sincretismo com práticas de outras religiões, particularmente primitivas, herdadas do escravo africano. Catolicismo de conformismo e de refúgio, mistificação que mantém, alheiadas de sua missão histórica, da consciência de seus direitos, as massas subjugadas pela sociedade colonial e classista.

3. O DUALISMO ACOMODADO

A indicação, grosseiramente feita — mas que em sua simplificação nos parece acentuar os traços mais salientes

da realidade religiosa brasileira — das formas de catolicismo burguês e de massas, nos revela, em ambas, uma deturpação dualista da mensagem cristã; ora é encerrada no "fôro íntimo" do burguês, na sua moral privada, e se alheia da vida social; ou, quando não se alheia desta, é recalcada ao nível de uma farsa, pois passando por cima da injustiça indisfarçável que significa o estatuto das classes, a dilaceração da sociedade em ricos e pobres, dominantes e dominados, passando por cima disso, apregoa farisaico amor entre os homens de tôdas as categorias sociais ou a união fraternal das classes (como se pudesse haver verdadeiro amor e verdadeira união assentados na injustiça e nas desigualdades por ela provocadas!), etc.; ora é transformada em mistificação da consciência popular, retirando-lhe a virulência de revolta pela promessa da justiça futura, ou pelos paliativos de um agrado acessível, nos santos familiares, nas novenas e procissões... Poder-se-ia discordar, no tocante a essas deturpações, da violenta crítica de Marx?

Será interessante nos determos mais pormenorizadamente em alguns dos aspectos dêsse catolicismo classista, tomando a Igreja em suas partes componentes e vendo como elas se manifestam em formas històricamente alienadas.

1. HIERARQUIA E COMPROMISSOS

Começando pela Hierarquia, sabemos que esta parte essencial do Corpo Místico nem por isso deixa de carregar, no decurso da história, o pêso de grandes alienações. Se não quiséssemos ir mais longe, já seria bastante reveladora uma olhadela por sôbre a história do catolicismo no Brasil. Por agora, é-nos suficiente determo-nos na situação presente, que nos mostra um clero fortemente prêso às formas de alienação do todo social brasileiro: assim, ora o vemos vinculando-se diretamente aos interêsses dos grupos dominantes, querendo seu pensamento e atuação fazer do cristianismo um sustentáculo do "statu quo" subdesenvolvido e classista, beneficiador daqueles grupos (por exemplo através da defesa do capitalismo, ou de nossa estrutura arcaica; na defesa da propriedade burguesa; no apêgo à família burguesa; na defesa da educação-privilégio, do mundo "livre", etc...); ora

êsse pensamento e atuação se fazem sentir junto aos espoliados, marcando-se de modo geral pela transmissão da religião sentimental, paliativo, amortecedora da consciência popular, cheia de promessas de vida eterna, quando a vida terrena é arrastada na fome, na doença, na miséria mais total.

Se em grandes setores do clero essa vinculação à ordem vigente se faz pela ignorância do "temporal" envolvente (isto é, o mundo das classes sociais, o capitalismo e a situação colonial com seus mecanismos de envolvimento muito conhecidos e estudados pelas sociologias especiais, por exemplo a do conhecimento), agindo, pois, tais setores, a molde de inocentes úteis, em outros, a defesa do "statu quo" é sistemática, intransigente, assumindo o caráter de verdadeira cruzada. Parece, em tais casos, que a Cidade Celestial já foi alcançada em nosso mundo subdesenvolvido. Qualquer tentativa de mudança, de melhora, só pode partir das fôrças do mal, concretamente identificadas com a entidade semi-fantástica (no modo como a vêem) dos "comunistas". Comunista é o rótulo sob o qual se agrupam tôdas as fôrças que constituem perigo atual ou virtual para o "statu quo": basta exprimir dúvidas sôbre a legitimidade do latifúndio, ou não acreditar cegamente na liberdade do mundo "livre". Modelares, neste particular, muitas das atitudes do Cardeal D. Jaime Câmara; modelar o livro, entre cujos autores se contam dois bispos, "Reforma Agrária, questão de consciência", verdadeiro paradigma do reacionarismo mais crasso.

Não deixa também de constituir uma defesa do "statu quo" o reformismo ingênuo de muitos pastôres que, à falta de visão mais profunda da dinâmica social, e na ausência de um rompimento mais decidido com a "desordem estabelecida", recomendam, quando êles próprios não se põem à frente frente delas, as reforminhas-agrárias nos latifúndios, dando o exemplo nos eclesiásticos, as obras assistenciais de tôda sorte, o "desfavelamento" inconseqüente, etc., e com êsses panos quentes julgam estar resolvendo a "questão social", quando nada mais fazem senão encobrir as contradições profundas da sociedade brasileira.

Tudo isso, e mais muita coisa aqui não lembrada, tem sua raiz no inegável envolvimento da hierarquia católica pelo mundo do poder e do dinheiro. Ao menos seria de pedir-se

cria seu pequeno mundo de paz e harmonia à margem da torrente histórica que continua a correr (*). Os "movimentos de casais", os cenáculos de intelectuais católicos, muitos movimentos de juventude, não destoam disto. Bem sintomática sua mentalidade freqüentemente moralista, sua visão aristocrática do mundo (nós, os católicos, privilegiados possuidores da verdade, da verdadeira solução para o mundo, e os outros...), suas idéias reformistas no tocante aos problemas sociais, e, não raro, o espírito de "ghetto" de que estão imbuídos... E estamos referindo-nos ao movimento de laicato tido como mais renovador. Que não dizer das "Congregações Marianas" e de movimentos similares, decididamente fixados no passado?

6. PERSPECTIVAS DE RENOVAÇÃO

As perspectivas de uma evolução para melhor são infelizmente poucas. O papel fundamental que representa a formação religiosa do povo não poderia ser mais falhamente desempenhado. Através das pregações, das confissões, do ensino religioso, são transmitidos uma espiritualidade sentimental, individualística (perspectiva da salvação individual, do cultivo do jardim da alma), uma visão de um Deus dominador oposto a um Cristo bondoso e sofredor, uma moral da "norma" e não do amor, centrada numa falsa hierarquia das virtudes (a honestidade sobrepondo-se à justiça na vida social, as virtudes privadas primando sôbre as virtudes públicas, a castidade reinando inconteste como a principal virtude, etc.), uma mentalidade especulativa (bem dentro da lógica do "mundo") no tocante à salvação, etc. Para não falar da aceitação e inculcação, no povo, do espírito clericalista, em que o padre, a Igreja (isto é, o conjunto de padres, bispos, cônegos, monsenhores...), são vistos e apresentados como quem tem algo a perder com o progresso social, e que portanto deve ser defendido, nos seus bens e privilégios, contra o perigo das "revoluções". Será

(*) Lembrem-se as «elites» católicas que se abeberam nas fontes de um «Cristianismo puro», nos confessionários ou na liturgia dos mosteiros ou conventos e que aliam, como seus mentores espirituais, e sem maiores inquietações, a mais «autêntica» espiritualidade ao mais duro reacionarismo...

muito utópico, portanto, esperar-se, em curto prazo, uma uma participação mais consciente do povo na Igreja, uma democratização desta, uma vivência mais autêntica, menos alienada, da religião.

7. ELITES, EXPOENTES E ACADEMIAS

Quanto à elite de pensamento de nosso Catolicismo, não é menos vítima da alienação que sôbre êle pesa. Já não nos referimos ao pensamento dos católicos integralistas, ou fascistas de diferentes matizes, ao grupo que se exprime no muito conhecido jornal "Catolicismo" (para o qual Jacques Maritain é, até hoje, tido como herege...), mas àquêles pensadores tidos para grande número de católicos brasileiros como expoentes de um pensamento avançado, vanguardeiro, o grupo do Centro D. Vital, da revista "A Ordem". Êste pensamento nos parece já de todo caduco, e, portanto, sua influência altamente perniciosa.

De fato, essa caducidade se revela na visão estritamente medievalista de sua Teologia e Filosofia, que, para êles, refletem a natureza como que emprateleirada das coisas e têm como função seja classificar o universo e a sociedade, seja advertir-nos quando alguma coisa, fato, situação, está fora do lugar. E' uma visão estática das coisas. O mundo, a sociedade, aparecem como realidades compartimentáveis, de contornos bem delineados, como o são as idéias do mundo de arquétipos: um *distinguo* oportuno, as essências bem claramente delimitadas, e a problemática concreta está solucionada. E' que o concreto é relegado a segundo plano, o que vale são as essências luminosas, tranqüilamente sedimentadas nas mentalidades dos bem-pensantes. Elas, estáticas, perfeitas, são a verdadeira realidade. Mas como tudo isso é uma atitude mental, e o mundo concreto não deixa de existir, no seu dinamismo, nas suas contradições, e dêle é que nossos pensadores hão de tirar a matéria para suas elocubrações, são obrigados a fixar-se-lhe nos aspectos rígidos, nas suas formas cristalizadas, e a confundi-las, mais ou menos conscientemente, com as *essências*. Assim, as mudanças, as transformações, são vistas fatalmente como desvios, decadências da verdadeira natureza das coisas, que já se

encontra realizada. A atividade só adquire validez quando se trata de "restaurar": restaurar os valores, reconduzir o mundo à sua natureza, o Estado às suas funções essenciais (leia-se: às funções que exercia no Brasil de ontem, ou no de 1500...). Eis-nos mergulhados no mais cristalino conservadorismo social.

Às vêzes, propõem-se soluções para os problemas nacionais, mas como se pensa sempre nas essências justamente hierarquizadas, e confunde-se o mundo ideal com o mundo concreto, tais soluções ficam no plano da ineficácia histórica. Assim, é interessante ver-se como os pensadores do Centro D. Vital se colocam, geralmente, diante do problema do desenvolvimento brasileiro: preocupados em fixar as corretas escalas de valor, em atribuir a cada fator o pêso que idealmente lhe cabe, e portanto estabelecendo a superioridade do espiritual ao material, da cultura sôbre o econômico, dificilmente podem aceitar a ênfase històricamente dada ao desenvolvimento das bases materiais de nossa sociedade. Se o espiritual, o cultural são superiores, na ordem do agir é a êles que os países subdesenvolvidos devem dar a preeminência nos programas de desenvolvimento, naturalmente incentivando as academias literárias, as escolas de letras, etc. O mais, é materialismo ou economicismo.

8. A DEFESA DA ORDEM

O que acima se disse esteve bastante patente ainda há pouco, no debate em que participaram, como principais protagonistas, o dominicano Thomas Cardonnel e o Sr. Gustavo Corção, expressão mais típica do pensamento do Centro D. Vital. Falar da família como o fêz Frei Cardonnel como de algo concreto, em evolução, diversa segundo as classes da sociedade, falar dela como de algo, em nosso país subdesenvolvido, a se *promover*, muito mais do que se *defender*, poderia haver heresia maior? A essência (a família abstrata) já está pronta, acabada, perfeita. Defendamo-la dos ataques do Estado. Evidentemente, o que se defende é, não a essência abstrata, mas o concreto de onde o Sr. Corção a retira: a família bem instalada, a família burguesa, para a qual o problema não é o de poder-se constituir e subsistir,

mas o de defender-se contra as garras do Estado, totalitário, e ateu, entidade fantástica, que lhe retira o direito de mandar os filhos aos aristocráticos colégios dos jesuitas ou dos beneditinos. Assim, vemos, de acôrdo com as necessidades concretas, os maiores malabarismos, em que o raciocinio essencialista dos homens de "A Ordem" é obrigado a equilibrar-se entre o mundo das idéias (Estado ateu) e o mundo concreto (família burguesa, colégios de padres), e isso não apenas como um fato de meras repercussões intelectuais, mas por exemplo no tocante à educação, como muito efetiva defesa do "statu quo" educacional brasileiro.

9. A ABSTRAÇÃO MORALISTA

Falta profundamente aos pensadores do Centro D. Vital uma visão do processo histórico concreto, da dinâmica efetiva do social. Sua sociologia parece reduzir-se a um compêndio de normas (o que deve ser o Estado, qual a função da família, etc.) e articula-se em tôrno da concepção da sociedade como um aglomerado de famílias, perfeitamente constituídas, tôdas cônscias de seus direitos, na perseguição do Bem-Comum, sob o olhar protetor do Estado... Sôbre tal visão da realidade, as únicas soluções para os problemas brasileiros que se podem apresentar são as "vassouradas", a "ordem na casa" (equilíbrio orçamentário), a "vergonha na cara". O "familismo social" do "Centro" não passa, no fundo, da ideologia privatista da classe média, do bom-senso pequeno-burguês que vê nas formulações mais banais soluções mágicas para tudo. Bom-senso alienado, de horizontes estreitos e fôlego curto, prendendo-se ao plano das decisões individuais e de atuações privadas (quando não o famoso "o Brasil precisa é de vergonha na cara", temos a ênfase dada às vassouradas na vida pública, consideradas muito mais importantes que a luta anti-imperialista, etc.), só pode ser levado à perplexidade quotidiana face aos acontecimentos, analisados apenas na sua periferia e enquanto desempenhados por protagonistas individuais, bons ou maus, honestos ou desonestos, e às incoerências a que as continuas mutações da superfície os obriga (como exemplo, basta acompanhar as crônicas diárias do Sr. Gustavo Corção num

matutino carioca, e ver-lhe o desvario diante dos acontecimentos, cujo sentido profundo lhe escapa de todo; seus esquemas interpretativos se limitam a uma concepção formal de democracia, sem nenhum conteúdo concreto, sem a menor implicação econômica e social, mas suficiente para que êle acuse de antidemocrática qualquer posição diferente; sua famosa lógica fica na impressão que o fato causa, nas apreensões subjetivas, nas deduções mais simplórias, como está patente na sua já tradicional defesa das emprêsas estrangeiras que exploram os serviços públicos, alegando que, se a moeda desvalorizou, é lógico e legítimo que as companhias aumentem suas tarifas... (no que, para não pensarmos mal do Sr. Corção, patenteia-se, no mínimo, a maior das ingenuidades).

10. IDEALISMO LIBERAL

Fato mais grave é que o pensamento, incontestàvelmente influente em largos setores, dessa elite, se assenta, sem disfarces, nas mais superadas teses do liberalimo do século XIX: ainda creem no equilíbrio econômico como resultante do livre jôgo dos interêsses individuais. Tôda e qualquer intervenção do Estado, na economia como na educação, ou em qualquer outro setor da vida social, é vista com sagrado horror. No seu modo de ver idealista, o Estado é uma entidade sempre mal intencionada (esquecem-se da importância que a "doutrina social" da Igreja atribui à intervenção do Estado, e do papel nobre que lhe confere), os particulares são todos indivíduos não vinculados a classes, a grupos mais fortes ou mais fracos, estão todos em condições de igualdade para estabelecerem contratos de trabalho ou de instalação de telefone que satisfaça perfeitamente às partes... Pode parecer incrivel, mas todos têm vivo na memória o conselho que o Sr. Gustavo Corção dirigiu ao Prefeito de Belo Horizonte, censurando-o por intervir no caso dos telefones, que devia ser resolvido pelos particulares, isto é, os desapercebidos contribuintes e o poderoso "trust" internacional... Tanta ingenuidade só seria crível num econo-

mista liberal de segunda categoria, no século passado, mas vêmo-la no pensamento católico brasileiro do momento atual...

Esta breve análise deixa bem claro como o próprio pensamento católico brasileiro, naquilo em que é tido como mais expressivo e vanguardeiro, não passa de humilde serviçal das fôrças de conservação de nossa sociedade, dos interêsses ligados ao passado, ao colonialismo, ao subdesenvolvimento, às distinções de classe... O mundo das alienações, o mundo condenado pelo Evangelho envolve insidiosamente a Igreja do Cristo em nossa terra, nenhum dos seus setores lhe escapando.

11. O ÚNICO CAMINHO

Ao cabo de nosso sumário exame do catolicismo brasileiro, em que tentamos denunciar-lhe as manifestações marcadas de deformação, de subjugação do homem, a ilusões, de alienação portanto, podemos concluir que a sua fidelidade à mensagem evangélica, fundamentalmente antidualista, será dada por un afrontamento decidido dos desafios que o mundo de hoje, a sociedade brasileira em particular, lhe oferecem, e que, na linha de frente dêstes desafios, está a libertação da alienação econômica, como mediação histórica através da qual a humanidade poderá obter uma civilização de nível planetário realmente democrática. Mas êste afrontamento será doloroso — e os que o tentam levar a efeito já o sentem vivamente — porque terá de enfrentar todo o pêso do mundo das alienações, e de resistir-lhe à inércia, ao agudo instinto de defesa, de que a Igreja não está livre. O risco, todavia, vale a pena de ser corrido. E' o homem concreto que está em jôgo e foi para êste homem concreto que se deu o evento histórico da Incarnação. E é a sua fidelidade a êste evento que o catolicismo brasileiro deve provar.

ALIENAÇÃO POLÍTICA

trajetória

da

dominação

A ALIENAÇÃO E SEUS SINTOMAS

DISSOCIAÇÃO DO HUMANO

TRAJETÓRIA DA DOMINAÇÃO

ROMPIMENTO DOS SISTEMAS TRADICIONAIS

IDEOLOGIA E DEMAGOGIA

PERSONALISMO E MORALISMO

PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO

"No momento em que acaba de con-
"quistar o mundo e inicia a conquista
"do universo, o homem (individual)
"mesmo é supérfluo. Só contam as
"massas fervilhantes, gigantescas. En-
"tão porque pensar, porque refletir,
"agir ou reagir? Cada homem sendo
"substituível, e além do mais inútil,
"busquemos o homem insubstituível e
"necessário, e deixemos a êle a tarefa
"de pensar e agir em nosso lugar".
(H. Lefebvre, La Somme et le Reste).

1. A ALIENAÇÃO E SEUS SINTOMAS

Alienação política — incapacidade de um povo em se orientar politicamente conforme seus próprios interêsses. Crença na operosidade de instrumentos inoperantes, de um lado; desinterêsse total pelos fatos politicos, de outro. E, em sua forma mais grave — recusa em decidir o próprio destino, de raciocinar, de traçar seu próprio projeto: criação do mito do Chefe, do Messias, do Pai, do Salvador da Pátria. Compreender o significado dêstes fenômenos, ver nêles o sentido que possam ter, tal é a grande tarefa de quem se preocupa com o problema político no Brasil de hoje.

Ninguém duvida, hoje em dia, que as decisões políticas do eleitorado brasileiro são quase imprevisíveis a longo prazo, influenciadas por uma série de fatores onde o que menos conta é a efetiva identificação entre os eleitos e as massas, e o que mais vale são os recursos de propaganda, do dinheiro e da capacidade demagógica dos líderes políticos. Um exemplo é a forma de liderança do atual Presidente. Independentemente da opinião que dêle façamos, não po-

demos ignorar a feição personalista e mesmo demagógica de sua ação pública; são seus próprios admiradores mais entusiastas que ressaltam a importância dos recursos populistas de que lança mão para o sucesso eleitoral que sempre obteve. Não que apenas a isto se deva o apoio que obteve, nem que isso esgote o sentido político que possui.

Mas, por sua simples forma externa, esta é uma situação anômala, que vem se repetindo com grande generalidade, e cujas conseqüências são quase imprevisíveis. Rompendo os quadros partidários tradicionais, as formas já tornadas clássicas de luta eleitoral, o povo apóia com entusiasmo candidatos que se declaram enfàticamente descompromissados com qualquer instituição popular organizada, partidos, grupos e organizações, e cuja única plataforma são suas qualidades pessoais; lança-se assim ao arbítrio desta única pessoa, em cujas mãos coloca seu destino. Não é êste o sentido da democracia, cujo ideal é a participação direta do povo no comando político, ou pelo menos no contrôle contínuo de seus representantes. Não é êste o sentido da existência das organizações partidárias, instrumentos que visam a realizar mais diretamente êste contrôle dos grupos e classes sôbre os chefes políticos, e não apenas realizar a política dêstes chefes. Esquecido do sentido da democracia, em liquidação as organizações partidárias, o país se paralisa à espera dos atos onipotentes daquele a quem entregou seu futuro.

Não pretendemos o retrocesso do sistema político que se desfaz. A situação atual, naquilo que tem de absurda, possui não obstante sua razão de ser, e seu aspecto positivo. E' um momento de transição no desenvolvimento político do povo brasileiro, e significa uma etapa sem dúvida perigosa, mas que pode se desenvolver no melhor sentido. Suas origens e causas, suas características principais e suas perspectivas, eis o que pretenderemos mostrar a seguir.

2. DISSOCIAÇÃO DO HUMANO

Formalmente, o Brasil é um país de organização política democrática, em que o povo decide soberanamente seus destinos: e com raras exceções, afora o período do Estado

Novo, desde a Independência tivemos esta democracia vigorando, de uma forma ou de outra. Seu fundamento é a instituição do sufrágio universal, que é disputado livremente pelos partidos políticos em igualdade de condições.

Mas o aspecto legal de nosso regime político mal encobre um conjunto de procedimentos e técnicas políticas que correspondem a uma estrutura social que é ignorada pelo legislador, e que é quem vai determinar, em última análise, o sentido e a destinação dos acontecimentos políticos. E' esta realidade mais profunda que nos interessa.

O regime político brasileiro é, na sua forma legal, baseado no que surge na Europa com a revolução burguesa, onde corresponde a um período em que as regulamentações tradicionais e costumeiras da vida econômica, social e política se tornam prejudiciais à ascensão da burguesia. Na sociedade feudal, a vida política se identifica com a vida privada, a detenção do poder político, pela nobreza, se identifica com a detenção do poder econômico e social. A burguesia dá nascimento ao estado "político", liberal, que, ao eliminar o poder da nobreza, realiza a separação entre a esfera política e as demais esferas, econômica e social, declarando estas últimas como não políticas. Assim fazendo, deixa que estas esferas atuem a seu modo, livres de qualquer regulamentação que não seja a do livre jôgo de interêsses. E' proclamada a igualdade política universal, ainda que esta igualdade se apóie em desigualdades sociais e econômicas de fato. Mas, uma vez proclamado, o ideal da igualdade não se detém em seu aspecto formal, buscando cada vez mais sua realização efetiva. O destino do estado político é de transformar-se, de "exterior" à vida social e econômica, como é apresentado no regime liberal, em instrumento efetivo para a realização do bem comum.

Mas o Estado Brasileiro, criado nos moldes liberais, não correspondeu a um sistema capitalista, a uma classe burguesa em ascensão, como na Europa. Se por um lado o país se ligava, na ocasião da Independência, ao sistema econômico europeu, através do comércio, por outro mantinha internamente as formas semi-feudais de organização social. Dentro das fazendas manda o "senhor de engenho", o fazendeiro, o "coronel", que é cercado de "compadres", "agre-

gados", afilhados; os lavradores raramente são empregados, mas "meeiros", "alugados", etc., recebendo em espécie, quase nunca vendo dinheiro: as relações estritamente econômicas quase não existem, a estrutura é tìpicamente semifeudal. Externamente os chefes locais votam, são eleitos, chegam inclusive a constituir uma "democracia" restrita apenas a êles, onde os votos da grande população, quando exigidos pela legislação liberal, obedecem religiosamente à sua orientação.

3. TRAJETÓRIA DA DOMINAÇÃO

Quando os sistemas de dominação locais de tipo semifeudal vão perdendo sua autonomia, em função do desenvolvimento do poder central, surge a instituição do "coronelismo", sistema de manipulação política que supõe, de um lado, a continuação desta dominação, mas de outro seu enfraquecimento, sua dependência ante o govêrno. Desde o Império, ainda nos períodos de maior centralização política, os governos só conseguem se estabelecer apoiados nos "coronéis", que comandam o eleitorado à sua vontade; mas êstes, por sua vez, só conseguem manter sua ascendência graças ao apoio e favorecimentos que recebem do govêrno. O coronelismo é assim essencialmente governista, utilizando o poder eleitoral de que dispõe em função de compromissos com o govêrno. Não que não existam "coronéis" na oposição: mas isso só ocorre como contingência inevitável, fruto de derrota em desavenças locais. Os partidos políticos, fundados em bases rurais, têm suas siglas e programas traduzidos em denominações e nomes locais, despidos de qualquer coloração ideológica. Os govêrnos por êles formados, em conseqüência, têm uma incapacitação congênita para realizar uma política integrada, preocupando-se quase exclusivamente com o atendimento de interêsses e reivindicações locais de suas bases, caso por caso.

O sistema de manipulação rural do coronelismo impera soberano até o fim da República Velha, quando os partidos estaduais de Minas e São Paulo se alternam no poder, dentro da chamada "política dos governadores". Até esta época as populações urbanas são marginalizadas política-

mente, tanto quanto são marginalizadas em relação à estrutura econômica essencialmente agrária do país. À medida em que crescem as cidades, em que se desenvolvem a indústria e o comércio, aumenta a importância das populações urbanas, e os grupos governamentais vão aperfeiçoando um novo sistema de manipulação política apropriado às cidades. Para as classes médias e para a intelectualidade que se forma nas escolas de direito ou nas academias militares, desde muito tempo são abertas as portas da administração pública, através da criação de cargos com a finalidade exclusiva de serem preenchidos pollticamente; em troca, esta burocracia que se forma se preocupa apenas com sua posição social e financeira, realizando a política dos "coronéis" e dos interêsses financeiros de exportação a êles ligados. E' o chamado "clientelismo político". Para as classes proletárias, que começam a se mostrar virulentas, através de movimentos de reivindicação, o govêrno concede uma série de pequenos benefícios através da Previdência Social, e uma série de privilégios através da Legislação Trabalhista, que organiza a estrutura sindical do país sob a tutela governamental.

São estas as vigas mestras em que até pouco tempo se apoiava nosso sistema político. O período posterior à revolução de 1930, representando de certa maneira o crescimento político das populações urbanas, conserva a estrutura do coronelismo, e é o criador do assistencialismo paternalista. Reintroduzido o regime democrático em 1945, o coronelismo se organiza nos partidos governamentais de base rural, enquanto o assistencialismo é encampado pelo Partido Trabalhista, através da figura característica que é o "pelêgo", degeneração da liderança popular realizada pela direção ministerial do movimento sindical. Apesar de sua coloração governamental, os possíveis ímpetos "esquerdistas" do PTB são contidos por fôrça de sua estrutura, sobretudo pela manutenção de suas bases rurais.

Apoiado nestes suportes, o Estado Brasileiro funciona como um amálgama de interêsses, pressões e concessões, em que a política dos chefes locais é realizada sistemàticamente, assim como a dos interêsses da exportação, empregos são concedidos independentemente de qualquer critério técnico,

o apoio operário por concessões salariais cujos efeitos negativos, para as classes dominantes, são aplacados pela desvalorização da moeda, gerando novas reivindicações, etc. E completando o quadro, grupos privilegiados criam e se valem de organismos estatais para facilidades de transações e empreendimentos através dos quais se realiza a política governamental de desenvolvimento econômico. Pela permanência da estrutura econômica subdesenvolvida, baseada na exportação de um só produto, tal desenvolvimento é contraditório, acentuando crises e contradições.

4. ROMPIMENTO DOS SISTEMAS TRADICIONAIS

Mas com tôdas as dificuldades e deformações, o desenvolvimento econômico se realiza efetivamente. O sistema capitalista atinge todo o país, e as regiões que não recebem seus benefícios sofrem seus efeitos: o centro-sul cresce e se desenvolve, o nordeste e sul se pauperizam e mesmo despovoam. No plano político, o desenvolvimento do sistema capitalista significa o rompimento dos sistemas tradicionais de manipulação. No campo, a ligação mais constante com as cidades, a introdução de meios modernos de comunicação, sobretudo o rádio, o aperfeiçoamento da legislação eleitoral e das possibilidades de vigilância de sua execução, tudo isso permite ao eleitor rural receber diretamente a propaganda dos candidatos, se rebelar contra as determinações dos "coronéis", votando conforme sua preferência individual. Nas cidades, o clientelismo não é suficiente para enquadrar as classes médias que crescem dia a dia, adquirindo base econômica autônoma no comércio e indústria, ou mesmo sem esta base. O assistencialismo também vai se tornando incapaz de enquadrar as grandes massas trabalhadoras, que tendem a se rebelar e a abandonar as situações governamentais.

Com a desagregação dos sistemas tradicionais de manipulação politica, o quadro, antes tão claro, torna-se turvo. Em quem votarão os eleitores? Quais as formas de ação e organização mais eficazes? Vale mais, aqui, a intuição: os eleitores votarão em quem mais os impressionar, em quem

conseguir tocar a sensibilidade popular, de repente responsável por si mesma.

5. IDEOLOGIA E DEMAGOGIA

Esta é a ocasião propícia para a ação política em têrmos ideológicos, que vise à organização das massas em função de projetos políticos explìcitamente definidos, que rompam cada vez mais com os sistemas tradicionais de manipulação política. Partido Comunista e movimento nacionalista são dois tipos de ação ideológica que conseguem sensibilizar as classes populares urbanas por algum tempo, mas cujas origens ideológicas exógenas ou intelectualistas as tornam incapazes de ganhar as grandes massas, ou quando o fazem, de conduzi-las devidamente.

No vazio político deixado pela decadência dos sistemas tradicionais de manipulação e pela incapacidade dos movimentos ideológicos, grassa a demagogia. A demagogia consiste em um processo de propaganda e convencimento próprios de um momento político em que não existem mecanismos efetivos de participação política das diversas classes sociais. Com efeito, quando os instrumentos políticos, particularmente os partidos, correspondem de forma definida a classes sociais, ou as enquadram de maneira constante, os procedimentos eleitorais expressam esta correspondência ou enquadramento, permitindo perfeita compreensão de seu desenrolar. E' o caso do coronelismo e assistencialismo, que exprimem a existência de direções políticas instaladas de tal maneira que só subsidiàriamente precisaram lançar mão de recursos demagógicos.

Distanciados dos centros de decisão, sem ligação com êles senão nas épocas de eleição, sem qualquer forma de vivência política, destruídas as formas tradicionais de manipulação, as grandes massas tornam-se presas fáceis de "slogans" e raciocínios simplistas, impressionam-se com propagandas retumbantes, se entusiasmam com gestos de opereta. Ainda que individualmente adultos e responsáveis, globalmente o eleitorado se comporta infantilmente, teme decidir por si mesmo, e não se preocupa muito com as conseqüências de sua decisão política.

6. PERSONALISMO E MORALISMO

A primeira forma de manipulação demagógica, a mais importante, é o personalismo. O personalismo transforma o problema político, que é de grupos e classes, em questão de indivíduos. Alguns chefes políticos são promovidos à perfeição, suas qualidades elevadas ao máximo, e apresentados ao eleitorado desta forma. Sem meios de discernimento, o eleitorado vai apoiando e abandonando sucessivamente os chefes políticos que, sem qualquer vinculação efetiva institucional com seus eleitores, não raro os decepcionam: a única ligação direta que têm os líderes personalistas é com os grupos que os apóiam e financiam. Mas mesmo esta ligação pode desaparecer, e muitas vêzes o chefe personalista se desgravita e coloca sua pessoa como único Juiz do bem e do mal, assumindo a mistificação que utilizava. Em momentos como êste, só o acaso impede — quando impede — a instauração do fascismo.

O principal argumento de que se vale o personalismo é o moralismo. Consiste em considerar todos os problemas sob o ângulo da honestidade ou desonestidade, reservando aquela, naturalmente, para si. O moralismo repousa em uma falácia que consiste em ignorar que em qualquer regime político em que uma classe, mais que outra, detenha o poder, existe uma forma de repartição da renda social em favor desta classe, o que com o tempo é institucionalizado e "moralizado". A apropriação privada do produto social, quer através do govêrno, quer diretamente pela exploração econômica, em suas formas legais ou não, é função da estrutura social, e sua natureza "moral" ou "imoral" depende de que os grupos dominantes tenham tido ou não tempo de justificar e fundamentar sua dominação.

Não que não existam, em cada sistema econômico e social, critérios de honestidade e desonestidade. Mas o moralismo, essencialmente de classe média, não pode compreender que um sistema de que participe possa ser sociològicamente imoral, ou que determinada "imoralidade", por revolucionária, possa ser moral. Identificando sua tranqüilidade particular, o bem de sua classe, com o bem absoluto, as classes médias encaram como "desonestidade" qualquer políti-

ca que, em seu detrimento, beneficie outras classes na repartição da renda social. Partindo de alguns casos evidentes de corrupção administrativa, as classes médias erigem o moralismo como argumento e critério político fundamental. Porque são incapazes de comandar politicamente, de gerir diretamente, como classe, seus interêsses, só lhes resta apelar para as qualidades santas do chefe político. E quando o operariado não se estrutura como classe, buscando sempre, ainda que sem consegui-lo, deixar sua condição proletária pela de pequeno-burguês, o moralismo e personalismo também o atingem e o envolvem.

7. PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO

A evolução da estrutura política brasileira dar-se-á no sentido da criação de novas formas de organização e participação partidária. E' totalmente impossível regredir às formas políticas anteriores, assim como permanecer na forma atual, dado o papel educativo das experiências eleitorais que se sucedem.

Do encaminhamento do processo de desenvolvimento econômico depende o tipo de organização política a que evoluiremos. O contínuo crescimento das necessidades de consumo das massas, o desenvolvimento das cidades e das formas de vida urbanas, tudo isso exige que o desenvolvimento não se detenha, mas progrida ainda mais, liberto da espiral inflacionária. Se a atual estrutura institucional fôr capaz de realizar isto, tender-se-á no plano político à estabilização em um regime liberal, em que poucas chances terão os lances demagógicos ou as formulações ideológicas de tipo revolucionário.

A tendência que parece se observar atualmente é a de consolidação e aperfeiçoamento do Estado liberal correspondente ao predomínio da burguesia. No acôrdo campo-cidade, a cidade vem ganhando o predomínio, e hoje pertencer ou estar ligado a grupos capitalistas é condição essencial para a obtenção de quase todos os altos postos políticos. O Estado burguês busca livrar-se do intervencionismo na economia, dos regimes de exceção e favoritismo que não interessam ao capitalismo sòlidamente instalado. No plano

da administração, procura terminar com o clientelismo, adaptando a máquina administrativa às necessidades técnicas, e assim procurando eliminar o aspecto cartorial do Estado.

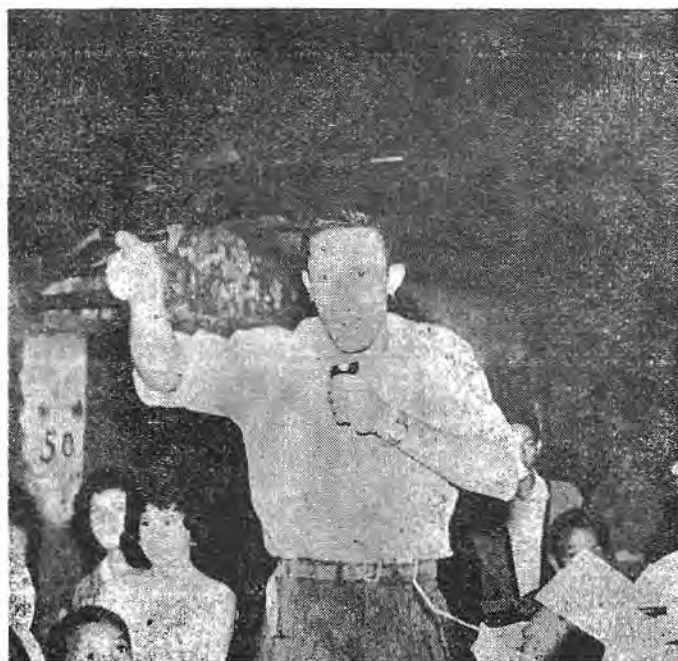
Mas as possibilidades de que esta tendência se afirme, a nosso ver, parecem diminutas. A condição de país subdesenvolvido determina uma estrutura econômica deformada, que é incapaz de, por si só, atender às necessidades crescentes da população. Qualquer tendência de liberalização (liberdade cambial, não-intervenção estatal na economia, educação privativista, etc.) repercute sôbre o nível de renda e padrão de vida das classes assalariadas, assim como sôbre a economia das regiões mais atrasadas. A estreiteza do mercado interno determina contínua pressão das classes médias, de consumo ascendente, sôbre o Estado, que não pode deixar de atendê-las de uma ou outra forma, não conseguindo eliminar o cartorialismo.

Quais são, então, as perspectivas para o futuro? Responderemos: aquelas que visem à alteração da atual estrutura institucional, no sentido de maior operosidade para o poder político. Pelo agravamento da alienação política à demagogia, talvez, conduzindo a um regime forte que poderia, eventualmente, realizar um desenvolvimento econômico pela compressão do nível de vida das populações. Ou pelo surgimento de organizações políticas de natureza democrática, com participação direta das massas, que possam englobar suas fôrças dentro de uma luta de revolução institucional. O sentido desta revolução estará em superar a condição de subdesenvolvimento através de uma política estatal diretamente vigiada por suas bases partidárias, e que atenda ùnicamente às conveniências populares.

Como se fará isto, se pelo aperfeiçoamento dos atuais partidos políticos, se pela criação de novos, se por novas formas de organização operárias, camponesas e de classe média, só o futuro poderá dizer. Cabe-nos apenas, a cada um de nós, compreender a necessidade desta revolução institucional e trabalhar para ela.

A LUTA CONTINUA

O POVO DIZ

BASTA!

A problemática exposta nas páginas dêste quarto número de MOSAICO configura uma situação que não podemos deixar de reconhecer: a escravidão do homem brasileiro. A onda de insatisfação popular que se vem manifestando não é outra coisa senão o reconhecimento difuso dessa realidade. O povo protesta, vai às ruas, faz greves, proclama através do processo eleitoral que "é tempo de mudar". Às condições de vida a que se acha submetido pela estrutura de exploração que vivemos o povo diz: BASTA!

O estudante, que não vive diretamente as condições de marginalidade, fome e miséria em que se encontram as massas operárias e camponesas, compreende, porém, através das condições que lhe oferece seu estudo, que só há uma saída. A aliança às classes exploradas, a sua libertação, a sua desalienação, único modo de retribuir o privilégio de estudar em uma universidade fechada ao povo. Compreende que não basta revoltar-se contra os sintomas, é preciso afastar estruturalmente as causas da alienação. Compreende que a sua missão no desenvolvimento é lutar contra a "desordem estabelecida".

No nível da Universidade, compreende-se que a missão essencial é colocá-la a serviço das classes populares. Abrir as portas da Universidade para o povo e, em tôda parte, lutar por aquilo que é do povo. Democratizar o acesso ao ensino, sim, mas reformular completamente a sua estrutura, devotá-lo à pesquisa criadora, instrumento de formação de uma cultura popular. Cultura popular que constituirá, para as classes exploradas, na consciência de sua destinação histórica. Até hoje, a cultura tem consistido na contemplação do mundo. Posta a serviço do homem, erigida em consciência popular, ela constituirá um ponto de partida para a luta de transformação social. Só assim poderemos ter uma

Reforma Universitária que não seja apenas uma adaptação à estrutura de exploração vigente.

Ao se falar em transformação social, todavia, convulsionam-se as classes dirigentes. As caridosas madamas, que discutem como ajudar nossos irmãos infelizes, deixam de lado seu chá e pedem os sais. Os sindicatos patronais enviam memoriais ao Presidente da República, para que êle os tranqüilize com a declaração de que o país está em ordem. Os funcionários policiais percorrem desde as rodas de porta de café até as aulas da Universidade, fotografando e anotando (em defesa da paz das famílias e em garantia das contribuições das classes produtoras ao aparêlho de segurança). Os órgãos de inteligência das Fôrças Armadas enviam questionários numerados e rubricados a seus informantes. Os pastôres lançam sua voz de luta contra o dragão dissolvente. A imprensa de aluguel faz patéticos apelos ao poder público, para que faça cessar a agitação social. Enquanto isso, o povo espera e paga para assistir a êsse teatro de variedades. Um dia, porém, o povo está farto. Nada o deterá, então.

Nesse dia, que palavras terá a pronunciar a Universidade? Nesse dia, teremos a apresentar uma solução original, ou ficaremos sujeitos a esquemas importados? Conheceremos a nossa realidade, ou nos lançaremos à aventura da aplicação empírica de fórmulas construídas a priori?

Não há dúvida de que caberá à classe universitária um grande papel na descoberta das formas originais que assumirá a estrutura brasileira. Partindo da consciência de nossas próprias condições e aproveitando a experiência dos povos que já iniciaram a sua marcha de libertação, abre-se todo um caminho de liderança criadora.

O exemplo da Revolução Cubana — protótipo de revolução latino-americana

contra o Imperialismo e contra o Capitalismo, — abre as portas, a todos os povos "ao sul do Rio Grande", para a construção de uma sociedade nova. A lição que nos dá o povo cubano consiste sobretudo na prova de que a revolução não tem donos: é uma tarefa histórica dos espoliados e explorados de tôdas as condições, fechada sómente àquêles que insistem no compromisso com a Velha Ordem.

Para a Universidade brasileira, não há meio têrmo possível. Só há dois caminhos: a aliança com uma ordem caduca e alienada; ou o trabalho ao lado do operariado, do campesinato, da classe média, do homem comum que se angustia e proclama que é tempo de mudar: ABRIR AS PORTAS DA UNIVERSIDADE PARA O POVO E, EM TÔDA PARTE, LUTAR POR AQUILO QUE E' DO POVO!